

ATA N.º 291

----- Aos treze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e quatro, no Salão Nobre do edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal, ordinariamente, sob a presidência de Hermínio Pedro Marques Martins, que a convocou ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 30º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

Ordem de Trabalhos

- 1 **Atas e Correspondência**-----
- 2 **Período de Antes da Ordem do Dia**-----
- 3 **Período da Ordem do Dia**-----
 - 3.1 Informação Escrita do Presidente da Câmara Municipal-----
 - 3.2 Orçamento Municipal e GOP's 2025-----
 - 3.3 Mapa de Pessoal de 2025-----
 - 3.4 Plano de Recrutamento de 2025-----
 - 3.5 Taxas do IMI para 2025-----
 - 3.6 Taxas do IMI para 2025 – Redução por Agregado Familiar-----
 - 3.7 Taxa Municipal de Direitos de Passagem para 2025-----
 - 3.8 Participação Variável no IRS para 2025-----
 - 3.9 Derrama para 2025-----
 - 3.10 Alteração Modificativa ao Orçamento Municipal de 2024-----
 - 3.11 Carta Educativa – Revisão (ponto retirado da Ordem de Trabalhos)-----
 - 3.12 Empréstimo ao Investimento de 1,75M – Prorrogação do Prazo de Utilização-----
 - 3.13 Prorrogação da Isenção do IMI-----
- 4 **Período Destinado ao Público**-----

----- O **Presidente da Assembleia Municipal** declarou aberta a sessão pelas dezassete horas e seis minutos. Cumprimentou todos os presentes, em especial aos membros da Assembleia Municipal, senhoras e senhores presidentes de junta, Presidente da Câmara, senhora vereadora e senhores vereadores. De seguida, solicitou à segunda secretária para proceder à chamada e verificar se havia quórum.-----

----- Foram registadas as seguintes presenças:-----

- Alexandre Miguel Coutinho Tavares-----
- Ana Maria Veloso Martins da Silva-----
- António Augusto de Macedo Cruz-----
- António Carlos Bivar Branco e Penha Monteiro-----
- António Fernando da Silva Dias-----
- Cláudia Isabel Lopes Cruz-----
- David da Silva Alves-----
- Diana Clara Bastos Rodrigues de Paiva-----
- Elga Maria do Amaral Martins da Silva-----
- Fernando Pereira Rodrigues-----
- Hermínio Pedro Marques Martins-----
- Horácio dos Santos Gigi-----
- Iolanda Maria Ribeiro da Silva Matos-----
- Isabel Maria Martins Tavares-----
- João Rodrigues Oliveira-----
- José Carlos Ribeiro de Sousa-----
- José Pedro de Bastos Costa Lemos-----
- Júlio Martins Fernandes-----
- Luís Filipe Tavares da Silva Pedro-----
- Margarida Silva Tavares-----
- Maria Amaral Martins Pereira-----
- Maria Margarida Nunes Oliveira-----
- Paulo Alexandre Pereira Henriques Lourenço-----

- Sérgio Soares da Silva-----
- Sónia Marisa Pereira Correia-----
- Tânia Filipa Fernandes Pinheiro-----
- Vanessa Alexandra Rodrigues Loureiro-----

---- Nesta data, encontravam-se em efetividade de funções os membros da Assembleia Municipal: Alexandre Manuel Tavares Rocha, Almiro Silva Machado, Ana Cristina da Silva Tavares, Ana Maria Veloso Martins da Silva, António Augusto de Macedo Cruz, António Carlos Bívar Branco de Penha Monteiro, António Fernando da Silva Dias, Cláudia Isabel Lopes Cruz, David da Silva Alves, Diana Clara Bastos Rodrigues de Paiva, Elga Maria do Amaral Martins da Silva, Fernando Pereira Rodrigues, Hermínio Pedro Marques Martins, Iolanda Maria Ribeiro da Silva Matos, Isabel Maria Martins Tavares, João Rodrigues de Oliveira, Jorge Manuel Henriques da Graça, José Carlos Ribeiro de Sousa, José Pedro de Bastos Costa Lemos, Luís Filipe Tavares da Silva Pedro, Maria Amaral Martins Pereira, Maria Margarida Nunes Oliveira, Paulo Alexandre Pereira Henriques Lourenço, Pedro Miguel Martins Mendes, Renata Liliana da Costa Marques, Sandra Marlene Rodrigues Pereira, Sérgio Soares da Silva e Tânia Filipa Fernandes Pinheiro.-----

---- Da Câmara Municipal foram registadas as presenças de Pedro Amadeu Fernandes Lopes Lobo, Presidente; Paulo Sérgio Martins Nogueira, Vice-Presidente; Ricardo Manuel Tavares da Silva, Paula Cristina Dias Coutinho e José Manuel Barbosa de Almeida e Costa.-----

--- Esteve presente Carla Alexandra Pereira da Silva, Coordenadora Técnica, em apoio à Mesa, bem como o Diretor de Departamento.-----

Foram registadas as seguintes faltas: Alexandre Manuel Tavares Rocha, que foi substituído por Margarida Silva Tavares; Ana Cristina da Silva Tavares, que foi substituída por Horácio dos Santos Gigi; Jorge Manuel Henriques da Graça, que foi substituído por Júlio Martins Fernandes, Pedro Miguel Martins Mendes, que foi substituído por Vanessa Alexandra Rodrigues Loureiro e Renata Liliana da Costa Marques, que foi substituída por Sónia Marisa Pereira Correia. O **Presidente da Assembleia Municipal** perguntou se alguém desejava fazer alguma intervenção ou se pretendia algum esclarecimento. Não havendo, disse considerar as faltas justificadas. Informou, ainda, ter sido aferida a legitimidade e a identificação das pessoas que vinham substituir os membros em falta, nomeadamente daqueles que pela primeira vez vinham à assembleia, a quem deu as boas-vindas.-----

-----1 – Ata e Correspondência-----

1.1 Ata n.º 290 de 27 de setembro de 2024:-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** deu nota de que o Presidente da Junta de Freguesia de Couto de Esteves, Sérgio Silva, tinha solicitado uma retificação à redação da ata, na página 19, numa intervenção no ponto 3.1, por conter um lapso. Assim, onde se lia “já que o PS não fez essa defesa da honra, foi dito pelo anterior executivo que não fazia limpezas de faixas de contenção”, deveria ler-se “já que o PS não fez essa defesa da honra, eu faço, pois, este presidente dizia que o anterior executivo que não fazia limpezas de faixas de contenção”. Tendo sido aceite a correção, passou-se à votação da ata de 27 de setembro de 2024, que foi aprovada, por unanimidade, pelos membros Alexandre Tavares, Ana Silva, António Cruz, António Monteiro, António Dias, Cláudia Cruz, Diana Paiva, Elga Silva, Fernando Rodrigues, Hermínio Martins, Iolanda Matos, Isabel Tavares, João Oliveira, José Sousa, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Maria Pereira, Maria Oliveira, Paulo Lourenço e Sérgio Silva.-----

1.2 Correspondência e Informações:-----

Correspondência recebida desde a última sessão ordinária, que foi disponibilizada aos membros da Assembleia Municipal juntamente com a documentação da sessão:-----

- Mensagem de Solidariedade - Assembleia Municipal de Ílhavo;-----
- Mensagem de Solidariedade - Assembleia Municipal de Albergaria-a-Velha;-----

- ACRPV - Convite Apresentação Equipas 2024-2025;-----
 - UFCP - Convite Inauguração Parque Infantil e Monumento Memorial dos Combatentes;-----
 - Convocatória - Reunião Extraordinária da Assembleia Intermunicipal de 30 de setembro de 2024;-----
 - Votos de Louvor, de Solidariedade e de Pesar - CM de Albergaria-a-Velha;-----
 - Convite - Cerimónia de pódio do 52º Ralicross Sever do Vouga;-----
 - Convite - Reunião Apresentação Medidas Governo - Incêndios Rurais;-----
 - Convite Inauguração Semana do Idoso;-----
 - Associação Humanitária de Talhadas – Agradecimento;-----
 - Voto de Solidariedade – Município da Guarda;-----
 - Votos de Louvor, de Solidariedade e de Pesar - AM de Albergaria-a-Velha;-----
 - Ofício ao PCM com Questões de António Dias;-----
 - Convite - Desfolhada da ACS de Couto de Esteves;-----
 - Tribunal de Contas - Cumprimento de Despacho;-----
 - Convite - Sessão Comemorativa dos 35 Anos em Comunidade Intermunicipal;-----
 - Voto de Pesar - Município de Lagoa;-----
 - Convite - Feira das Vindimas da APCDI;-----
 - Convite - Encontro com Ministro Adjunto e da Coesão;-----
 - Convite - Inauguração da Exposição Joaquim Martins;-----
 - Ofício do PCM com resposta a questões de António Dias;-----
 - Atas do Conselho Municipal de Educação;-----
 - Convite Inauguração Chafariz de Sóligo;-----
 - Convite Convívio Sénior +65;-----
 - e-mail da ANAM sobre Orçamento 2025;-----
 - e-mail de António Dias - Vandalismo de Viatura;-----
 - e-mail da ANAM - Candidaturas Capital Nacional de Juventude;-----
 - Ofício TAF - PA n.º 54-2023;-----
 - Convite - Visita Oficial do Governador do Distrito Rotário 1970;-----
 - Ofício ao PCM a remeter e-mail de António Dias;-----
 - Ofício do PCM com resposta a e-mail de António Dias;-----
 - Quotas ANAM 2025;-----
 - Convite - Jantar de Natal CRC Rocas do Vouga;-----
 - Ofício de resposta a António Dias;-----
 - Notificação da Decisão no Processo de Contraordenação n.º 60-23 e apensos;-----
 - Notificação da Decisão no Processo de Contraordenação n.º 122-23;-----
 - Parecer do CMJ;-----
 - Convite - Convívio de Natal do CLDS;-----
 - Pedido de Exposição e Discussão;-----
 - e-mail de António Dias a solicitar documentos de Viatura;-----
 - Convite Ceia de Natal Filarmónica Severense;-----
 - Ofício ao PCM a remeter pedido de António Dias;-----
 - Convite - Jantar de Natal da ACRPV.-----
- O Presidente da Assembleia Municipal** deu nota de algumas participações e eventos onde esteve presente e onde a Mesa esteve representada:-----
- Em setembro:-----
- Cerimónia de inauguração do parque infantil e memorial ao ex-combatente em Cedrim, a convite do Presidente da Junta de Cedrim e Paradela;-----
 - 40º aniversário da APCDI;-----
 - Cerimónia de entrega de prémios do 52º Ralicross, a convite do Vouga Sport Clube;---

- Receção e reunião com a sua Excelência, o senhor Presidente da República, o senhor Primeiro-Ministro e demais comitiva, e senhores presidentes de Câmara dos concelhos afetados pelos incêndios, juntamente com o Presidente da Câmara Municipal;-----
- Assembleia Intermunicipal extraordinária da CIRA onde se discutiu a nova estrutura organizacional da CIRA.-----

Em outubro:-----

- Cerimónia de abertura da semana do idoso aqui no Salão Nobre, a convite da Vereadora Paula Coutinho;-----
- Cerimónia de abertura e de encerramento do seminário Semear Esperança Colher Amor, também no âmbito da semana do idoso, a convite da Vereadora Paula Coutinho;-----
- 15º aniversário da Universidade Sénior, do Rotary Club de Sever do Vouga;-----
- Cerimónia de abertura da exposição ao senhor Joaquim Martins da Grela, no Museu, a convite do Presidente da Câmara Municipal.-----

Em novembro:-----

- Inauguração da requalificação de um chafariz em Sóligo, no âmbito do Orçamento Participativo, juntamente com o secretário António Cruz;-----
- Receção ao Governador Rotário no Salão Nobre Eu estive, a convite do Presidente da Câmara Municipal;-----
- Convívio +65 anos a convite do senhor Presidente da Junta de Cedrim e Paradela Estive, juntamente com a secretária Ana Veloso;-----
- Concentração de jovens da Diocese de Aveiro no Dia Mundial da Juventude, a convite da Vereadora Paula Coutinho.-----

Em dezembro:-----

- Jantar de Natal da Junta de Freguesia de Sever do Vouga;-----
- Convívio de Natal do CRC de Rocas do Vouga;-----
- Festa de Natal da APCDI, no CAE;-----
- Assembleia intermunicipal da CIRA, onde se discutiu o orçamento e as grandes opções do plano;-----
- Apresentação de cumprimentos por parte do senhor Comandante do Comando Territorial de Aveiro da GNR, na Câmara Municipal, a convite do Presidente da Câmara Municipal.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** perguntou se alguém desejava algum esclarecimento acerca da correspondência. Não havendo, passou para o período de antes da ordem do dia.-----

-----2 – Período de Antes da Ordem do Dia-----

Feitas as inscrições, o **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a primeira palavra a **Isabel Tavares**.-----

Isabel Tavares – Boa tarde a todos. Senhor Presidente da Mesa e restante Mesa, senhor Presidente da Câmara e restante vereação e caros membros da Assembleia Municipal. Venho aqui apenas só para fazer a ponte em relação àquilo que eu disse na última Assembleia Municipal. Vim aqui falar no rescaldo dos incêndios, vim aqui falar da floresta, da conversão florestal, de questões de sustentabilidade. No final da minha intervenção, o senhor Presidente da Câmara teve a amabilidade de concordar comigo em tudo e como, passados estes três meses, eu ainda não vi desenvolvimento nenhum sobre o assunto, queria aqui que o senhor Presidente da Câmara esclarecesse, por favor, a toda a assembleia, as diligências que, eventualmente, terão sido feitas e os desenvolvimentos que terá havido sobre estes temas. Obrigada.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Muito obrigado. António Monteiro, tem a palavra.-----

António Monteiro - Muito obrigado, senhor Presidente da Mesa. Senhor Presidente da Câmara e demais Câmara aqui presente, senhores deputados municipais, senhores

presidentes de Junta, público aqui presente. Eu queria colocar algumas questões ao senhor Presidente da Câmara e não se, ainda, se são conexas ou não, mas, de qualquer das formas, na minha opinião, é importante fazer a ligação entre estas duas questões. A primeira é saber se será possível o senhor Presidente fazer um ponto de situação relativamente àquilo que diz respeito à recuperação na sequência dos incêndios e das diligências que têm vindo a desenvolver junto do governo e se é possível fazer este ponto de situação à assembleia municipal para irmos também acompanhando a situação. A segunda questão que eu julgo que se prende com a primeira, ou talvez não, mas é que foi notícia, recentemente, que o governo tencionaria passar a classificação de terrenos como REN ou como RAN para as autarquias locais, designadamente para os municípios. E a minha pergunta, antes de tudo mais, é se o senhor Presidente já tem conhecimento do que é que o governo tenciona fazer neste processo legislativo e sublinhar a importância de esta classificação passar a ser feita nos municípios. É importante, desde logo, porque significaria um enorme reforço das competências do município porque aqui, já por diversas vezes, tivemos ocasião de discutir aquilo que são as dificuldades em obter a alteração da classificação dos terrenos nomeadamente de REN para terrenos urbanizáveis no que diz respeito à expansão das zonas industriais e esta é uma matéria que permitiria, a partir do momento em que a alteração dessa classificação passasse a estar na competência do município, passaria a dar toda uma outra autonomia e capacidade de dinamizar as nossas zonas industriais que são fundamentais para a criação de emprego e para fixar a população. Mas, é, também, passando esta competência para o município, é, também, de uma enorme responsabilidade porque significa que, em termos urbanísticos em geral, que seria necessário que o município estivesse habilitado e capacitado para defender estes interesses ambientais e agrícolas ao mesmo tempo que promoveria o desenvolvimento urbanístico do concelho e isso significa, essa responsabilidade, que será necessário também trabalhar no município no sentido de reforçar aquilo que são as suas competências nesta matéria de modo a que seja possível equilibrar estes interesses e permitir o desenvolvimento do concelho ao mesmo tempo salvaguardando aquilo que é a reserva agrícola nacional e a reserva ecológica nacional. E, portanto, estas são, no fundo, uma pergunta, ou aliás, eu acho que se calhar são duas perguntas, embora conexas, que seria importante que se pensasse e se ponderasse sobre elas e que, pela sua importância para o concelho, eu julgo que faz sentido, sendo, no fundo, a assembleia municipal o órgão que tem a competência final em termos de aprovação daquilo que são as grandes opções urbanísticas para o concelho, que a Câmara Municipal fosse partilhando com a assembleia aquilo que sero as informações que tem, neste momento, já disponíveis e aquilo que será o trabalho que será necessário desenvolver para que se possa levar a cabo um desenvolvimento sustentável de Sever do Vouga. Muito obrigado.....

Presidente da Assembleia Municipal – Muito obrigado. João Oliveira, tem a palavra.----

João Oliveira – Muito obrigado, senhor Presidente. Muito boa noite a todos. Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restantes membros da Mesa, senhor Presidente da Câmara Municipal e restante executivo, senhores deputados, senhores presidentes de Junta de Freguesia, comunicação social, meus senhores e minhas senhoras. Comemoramos este ano o centenário do nascimento do Dr. Mário Soares. Permitam-me que inicie a minha intervenção com uma frase deste grande estadista, uma das figuras mais marcantes da nossa democracia: “A liberdade é um bem que se conquista, se cuida e se renova todos os dias”. Quem visita o nosso museu depara-se no acesso ao mesmo, junto à entrada, com uma situação no mínimo surpreendente. A parede junto à entrada encontra-se com manchas escuras, por vezes com um líquido negro a escorrer ao longo da mesma. Há pessoas que se queixam de mau cheiro. Digamos que não será a melhor forma de dar as boas-vindas a quem visita o museu, para não falar das pessoas que lá trabalham. Senhor Presidente da Câmara Municipal pode dar-nos uma explicação para esta desagradável situação? E, já agora, e ainda nessa zona, pode dizer-nos porque ao cimo do acesso às garagens existe um enorme buraco? Quando pensa o senhor Presidente da Camara

Municipal solucionar esta desagradável situação? Relativamente aos cinco médicos que foram colocados no concelho, ao que julgo saber um deles já não está ou tem primado pela sua ausência. Senhor Presidente da Câmara Municipal, como e quando pensa resolver o problema das falta de médicos nas extensões de saúde? Se fizer deslocar os médicos recém-chegados para as extensões de saúde, não correremos o risco de eles nos deixarem, e ficarmos sem médicos nas extensões de saúde e no centro de saúde? Na falta de médicos nas freguesias, será que uma unidade móvel de saúde e apoio social, com diversas valências, não ajudaria na prestação de cuidados de saúde e outros à população em geral e, em particular, a idosos com mobilidade reduzida? Uma unidade móvel que abrangesse áreas como cuidados de enfermagem (apoio domiciliário, rastreios, vigilância do estado de saúde físico/psíquico), clínica geral (caso necessário encaminhamento para consultas da especialidade), análises clínicas, ações de sensibilização e esclarecimento com variadas temáticas. Estas, entre outras atividades associadas aos cuidados de saúde primários. Poderia ainda ter uma vertente social com o apoio de uma unidade de «voluntariado de proximidade», a qual visaria combater a solidão e isolamento social, do qual muitos idosos padecem na sociedade atual. Este projeto contribuiria ainda para a manutenção da autonomia, independência, qualidade de vida e recuperação global das pessoas de idade sénior, prioritariamente na sua área de residência, bem como combater o isolamento e a exclusão social. Esta unidade móvel deslocar-se-ia às freguesias semanalmente, de acordo com o planeamento da atividade do próprio serviço. Bem sei que não é a solução ideal, mas colmataria alguns problemas de saúde, solidão e isolamento das pessoas de fora da sede do concelho e não deixaria de prestar um importante apoio a quem dele tanto precisa e não deixaria de prestar um importante apoio a quem dele tanto necessita. Durante o atual mandato passámos várias assembleias municipais a debater as auditorias forenses. Foram enviadas várias auditorias ao Ministério Público, Tribunal de Contas, Inspeção Geral de Finanças e outras entidades, devido, e passo a citar, a recomendação do PSD e do CDS ao executivo, na ata número 277 de 2 de setembro de 2022 desta assembleia: *“às demasiadas situações muito graves, com claras ilegalidades cometidas por quem se encontrava no exercício de funções executivas, com claro prejuízo para o erário público e para os Severenses”*. Senhor Presidente da Câmara Municipal, gostaríamos que nos informasse o ponto de situação destas auditorias, que tiveram um custo muito significativo para os severenses. Obrigado a todos.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Muito obrigado. António Dias, tem a palavra.----
António Dias – Obrigado, senhor Presidente. Cumprimento o senhor Presidente da Assembleia e, na sua pessoa, a Mesa. Senhor Presidente da Câmara e, na sua pessoa, todos os vereadores. Senhores membros da assembleia, senhores presidentes de Junta, senhores jornalistas, minhas senhoras e meus senhores, a todos boa tarde. Estamos em período natalício, um tempo de fraternidade, compreensão e solidariedade. É, também, um momento de reflexão, um convite para olhar para trás e pensar no caminho percorrido durante o ano de 2024. Neste espírito, somos chamados e reconhecer os desafios que enfrentamos, os avanços que conquistamos, mas, sobretudo, as pessoas que caminharam ao nosso lado. O Natal não é apenas uma celebração, mas um lembrete de que juntos podemos construir um futuro mais humano e solidário para as nossas freguesias e para o nosso concelho. 2024 foi, sem dúvida, um ano desafiante para a população de Sever do Vouga. Enfrentámos um dos maiores incêndios de que há memória no nosso concelho que deixou marcas profundas na nossa comunidade. A minha freguesia, a freguesia de Talhadas, infelizmente não escapou e todos nós sentimos a dor dos danos e das percas, sejam elas materiais, ambientais ou emocionais. No entanto, momentos como este também revelam a força, a resiliência do nosso povo. Vimos gestos de solidariedade, a união entre vizinhos e a determinação de reconstruir o que foi perdido. Esta capacidade de superar dificuldades é o que nos define como comunidade. Como Presidente da Junta da Freguesia de Talhadas, e ao fazer um balanço de 2024, gostaria de aproveitar esta oportunidade para colocar algumas questões ao senhor Presidente da Câmara. A primeira refere-se à

possibilidade de adquirir terrenos para construção de habitações a preços reduzidos. Considerando a necessidade corrente e crescente de oferecer soluções acessíveis para a nossa população, gostaria de saber qual é a sua opinião sobre esta proposta e que medidas podem ser implementadas para tornar esta iniciativa uma realidade no nosso concelho. Senhor Presidente, a segunda questão está relacionada com o protocolo das limpezas entre a Câmara Municipal e as freguesias. Este protocolo, como sabemos, não é atualizado desde o ano 2020. No entanto, é de conhecimento geral que, a cada ano, os custos associados a estes trabalhos têm aumentado. Enquanto os valores atribuídos às freguesias permanecem inalterados. Senhor Presidente da Câmara, como é que é possível que ainda não tenhamos ajustado estas condições para refletir a realidade dos custos atuais? Olhemos apenas para estes dados tendo em conta o salário mínimo. O salário mínimo, em 2020, era de € 635,00. Em 2025, vai para € 870,00. Só neste período, senhor Presidente, aumentou 37% e os custos com os protocolos de limpeza permanecem inalterados. Terceira questão, senhor Presidente. Gostaria de questionar o senhor Presidente de quando será colocado alcatrão frio nos inúmeros buracos das estradas da freguesia de Talhadas e que medidas está a tomar relativamente ao muro que ameaça ruir, a qualquer momento, na Rua do Hospital junto às Pedras de Talhadas. Quarta questão, senhor Presidente, gostaria de trazer novamente à discussão o tema da viatura Mercedes. Já foi abordado na sessão de 21 de junho, na ocasião questionei o senhor Presidente da Câmara sobre a viatura, que há algum tempo não era vista, o senhor Presidente da Câmara respondeu que o Mercedes da Câmara foi, mais uma vez, vandalizado e, portanto, mandado pintar. Essa informação consta da ata da sessão de junho de 2024, aprovada em setembro. Enviei ao senhor Presidente da Câmara Municipal, através do senhor Presidente da Assembleia Municipal, um requerimento relacionado com este tema no qual registei a minha preocupação com a gestão e o uso deste bem público. Solicitei as datas e cópia dos comprovativos de participação às entidades competentes, neste caso presumo que seja a GNR, dos atos de vandalismo à viatura Mercedes e foi-me respondido, pelo senhor Presidente da Câmara, que não foi feita qualquer comunicação à GNR dos atos de vandalismo praticados na viatura Mercedes. Aproveito, senhor Presidente, para lembrar que a viatura Mercedes não é propriedade pessoal do senhor Presidente da Câmara. Sendo um bem público exige-se a devida transparência em relação à sua utilização e às despesas associadas, portanto, senhor Presidente da Câmara, solicito que sejamos informados quais foram os gastos totais realizados com a viatura Mercedes, durante o atual mandato. Mais solicito que seja enviada toda essa documentação no que se refere às comunicações com a seguradora sobre esta viatura e quais os valores envolvidos nas reparações devidamente discriminados e suportados pela seguradora e pelo município. É fundamental que esta informação seja disponibilizada de forma clara e dentro do prazo regulamentar. Para terminar, senhor Presidente, a minha intervenção, aproveito este momento para desejar, a todos os severenses a todos os membros desta assembleia, um santo e feliz Natal. Que seja uma época marcada pela união, pela solidariedade, pela esperança e que, no próximo ano, a prosperidade abunde no nosso concelho, em todas as nossas freguesias e que continuemos a trabalhar juntos pelo bem da nossa comunidade. Obrigado, senhor Presidente.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Obrigado, António Dias. Diana Paiva, tem a palavra.-----

Diana Paiva – Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal e restante Mesa, excelentíssimo senhor Presidente da Câmara Municipal, senhores vereadores, senhores membros da Assembleia Municipal. A minha intervenção, hoje, aqui, é pura e simplesmente, uma vez que estamos a 12 dias do Natal, desejar boas festas a todos e, por um lado, salientar que, este ano, tivemos a participação dos alunos do agrupamento escolar de Sever do Vouga, dos cursos profissionais, a embelezar uma das rotundas aqui da nossa vila e, mais uma vez, a população e as associações a embelezarem aqui este espaço com os presépios que é muito bom, nesta altura do ano, conseguirmos ter esta harmonia entre a nossa população. No mais, espero que todos tenham um bom Natal, que realmente este

período sirva de reflexão para o novo ano que se avizinha. Sabemos que estamos a pouco tempo de eleições e, portanto, há boas festas para desejar a todos. Eu, da minha parte, passarei algum tempo de 2025 sentadinha numa cadeira com pipocas a apreciar o que se vai passar. Muito obrigada.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Muito obrigado, Diana Paiva. Eu não registo mais inscrições. Antes de dar a palavra ao senhor Presidente da Câmara, queria apenas questionar se o António Dias recebeu o e-mail que enviei hoje. Este e-mail, no fundo, foi a informar que os elementos pedidos, relativamente à viatura, estavam a ser recolhidos para ser transmitidos. Senhor Presidente da Câmara, tem a palavra.-----

Presidente da Câmara Municipal – Muito obrigado, senhor Presidente. Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restantes membros da Mesa, senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores presidentes de Junta, senhoras e senhores membros da Assembleia Municipal, minhas senhoras e meus senhores, começo por desejar a todos vós, às vossas famílias e a todos os severenses, sinceros votos de boas festas e de um novo ano próspero e feliz. Começando a responder à Isabel Tavares, e vou aproveitar para responder, também, à primeira questão colocada pelo António Carlos Monteiro, relativamente ao ponto de situação sobre o tema dos incêndios e o ponto de situação da recuperação que está a ser feita relativamente a todos os prejuízos que nós tivemos. Sobre o tema dos incêndios, respondendo à Isabel, no que diz respeito à floresta era a pergunta, não era? A informação que tenho é que, brevemente, irá sair nova legislação no que diz respeito ao ordenamento do território, ao tipo de espécies a adotar na reflorestação e a todos os cuidados que se deverão ter. É a informação que eu tenho da parte do senhor Secretário de Estado das Florestas, com quem falei esta semana, no seguimento, também, de ele me ter contactado por causa de um aviso que saiu sobre prejuízos que o próprio município teve no âmbito da floresta. Aguardamos com alguma expectativa, também, a saída de um novo aviso, que já me foi informado, sobre eventuais apoios à reflorestação. Fizemos uma sessão de esclarecimento no Vougapark com técnicos da Portucel, da Portucel não, da Navigator, para explicar que tipo de cuidados é que havia a fazer a partir de agora e que tipo de escolhas é que nós tínhamos. No entanto, percebendo que as pessoas têm muita pressa, a verdade é que passaram-se dois meses e pouco e, portanto, vão saindo as portarias e os avisos de uma forma que muitos consideram lenta. Eu acho que está numa forma normal, mas aguardamos com expectativa todas as medidas que me foram prometidas e que foram faladas entre mim e o senhor Secretário de Estado das Florestas. No que diz respeito a todas as diligências e aos levantamentos dos prejuízos, como sabem, após os incêndios foi feito um levantamento exaustivo, uma inventariação exaustiva por parte dos serviços técnicos do município e por parte dos técnicos da CCDR-C que se deslocaram até Sever do Vouga para fazer esse levantamento. De acordo com as prioridades do governo, os primeiros prejuízos a serem inventariados e a serem ajudados foram os prejuízos agrícolas. Neste momento, aquilo que temos informação é que houve 160 candidaturas a prejuízos agrícolas no regime simplificado até € 6 000,00 e houve cerca de 16 candidaturas de prejuízos acima dos € 6 000,00, candidataram-se ao Plano de Desenvolvimento Rural 2020, conhecido PDR 2020. No que diz respeito às casas, foram duas casas consideradas elegíveis. Uma das casas que nós apresentamos na candidatura não foi considerada elegível porque a casa estava arrendada, portanto, não foi considerada a habitação primeira habitação. Nós enviamos, como temos feito sempre, para o senhor Ministro da Coesão, o nosso ponto de vista a solicitar essa alteração, mas as restantes casas conseguiu resolver-se através dos seguros e a situação está muito bem encaminhada. No que diz respeito às empresas, a semana passada, na quarta-feira, saiu a portaria, na quinta-feira saiu o aviso. Eu, pessoalmente, liguei a todos os empresários que foram afetados pelos incêndios e pedi para que técnicos da CCDR-C se deslocassem a Sever do Vouga para fazerem esclarecimentos. A Câmara Municipal disponibilizou técnicos que se encontram no Vougapark para ajudar as empresas a apresentarem as suas candidaturas para que possam se ressarcidas dos seus prejuízos. A listagem que foi entregue é à volta de 20

empresas. O prejuízo estimado de todas as empresas é cerca de € 10 000 000,00, sendo que a empresa que sofreu mais danos no país é uma empresa de Sever do Vouga, localizada na freguesia de Talhadas, com € 4 600 000,00. Temos feito uma articulação próxima com o Ministério da Coesão. Fomos acompanhando desde o início juntamente com os empresários e com a CCDR-C e entendemos que está bem encaminhado, embora o aviso não abranja todas as necessidades que nós esperávamos. Já informamos o senhor Ministério da Coesão e, portanto, aguardamos agora por uma resposta. As candidaturas, algumas já foram feitas e já foram enviadas, sendo que o aviso está aberto até ao dia 28 de fevereiro. Quanto mais cedo for submetida a candidatura, portanto, mais cedo as pessoas são ressarcidas. Existe alguma preocupação por parte de algumas empresas com o dia 28 de fevereiro, pois há empresas que perderam, efetivamente, tudo e não será fácil até ao dia 28 de fevereiro terem os projetos de arquitetura e os projetos de especialidades completamente concluídos e, portanto, já fizemos chegar essa nossa preocupação ao senhor Ministério da Coesão e à própria CCDR-C que, como disse, esteve cá na terça-feira acompanhados, também, por um técnico do IAPMEI a explicar o aviso que tinha aberto e todas as medidas a que se podiam candidatar. Sobre aquilo que o governo tenciona fazer, o único conhecimento, no que diz respeito ao ordenamento do território, à categoria de REN e RAN para os municípios, não seria mau, seria até bom, muito bom para o município, mas nós não temos conhecimento de que, nenhuma informação oficial de que isso se venha a fazer, sendo certo que traria uma enorme responsabilidade para o município. A verdade é que não basta transferir competências, é preciso também dar meios, é preciso dar recursos e, portanto, o governo pode fazer isso. Nós continuamos com os mesmos colaboradores e, portanto, a situação, qualquer dia, não conseguimos, efetivamente, dar resposta a todas as competências que fomos, que vamos, todos os dias quase, adquirindo. Portanto, não temos conhecimento de nenhuma transferência concreta de competências nesse aspeto. Penso que respondi a todas as perguntas. João Oliveira, eu passaria a palavra aqui ao Vice-Presidente para resposta.-----

Vice-Presidente da Câmara Municipal – Sintam-se todos cumprimentados na pessoa do senhor Presidente da Assembleia. Relativamente à questão colocada pelo deputado João Oliveira, o que posso dizer é que, neste momento, nenhum severense tem falta de médico de família e que depreendo, das suas palavras, que o PS já desistiu de ter médicos nas extensões de saúde, pois propõe aqui um serviço móvel de desenrasque relativamente ao mesmo. Coisa diferente daquilo que o atual executivo pensa fazer. Relativo a esta unidade móvel, já, há cerca de dois anos e meio, foram desenvolvidas algumas negociações com os serviços centrais e volto aqui a repetir aquilo que tenho vindo a dizer nesta assembleia, a competência da resolução deste problema não pode ser atirada para as autarquias. Esta competência é do Estado Central. E este ponto, vocês, ao longo deste tempo todo, me têm ouvido dizer aqui nesta assembleia, não queiram tornar este problema um problema da autarquia porque este problema não é de resolução da autarquia. A autarquia é aqui um agente facilitador, obviamente, do processo. E, depois, esta unidade móvel seguramente poderá fazer alguns serviços e poderá ser uma coisa que poderá ser pensada no futuro, mas primeiro interessa tratar da saúde dos severenses e tratar da saúde dos severenses é dar-lhe um médico de família para todos e isso é que é o fundamental neste momento. Ainda durante este mês, existirá uma reunião com as entidades competentes, responsáveis pela resolução deste problema, como eu disse há pouco, para transmitirmos as nossas preocupações relativamente a um conjunto de questões que ainda estão em aberto e que o executivo, e todos nós severenses, queremos ver resolvidas num curto espaço de tempo. Depois, deixe-me dizer-lhe que seguramente que todos nós gostaríamos de ter um consultório nas nossas portas, mas o conjunto de serviços que o senhor propõe, nesta unidade de saúde, não são exequíveis numa unidade de saúde, como é lógico. Não era possível. Só se levamos um camião TIR a casa de cada pessoa, o que não me parece coisa exequível neste momento e, portanto, o serviço de proximidade, deixe-me só que lhe diga, realmente os domicílios já existem. Não é preciso uma unidade móvel de saúde para

existirem domicílios e as consultas de enfermagem ao domicílio também já existem. Não é preciso existir uma unidade móvel de saúde para fazer isto e, portanto, esta unidade móvel com serviço de saúde, que já foi tentada noutra tempo, foram apresentados pelo Estado Central aqui dois ou três serviços que se podiam incluídos na unidade móvel e não mais do que isto porque a quantidade de profissionais que é preciso para fazer estes serviços todos que o senhor enumerou aqui não é passível de estar numa unidade móvel e, portanto, nós temos outra opção. E não, como eu disse há pouco, ainda não desistimos das extensões de saúde e tudo faremos para que elas sejam uma realidade, coisa contrário ao que o senhor veio aqui dizer. Deu para perceber que o PS já desistiu de ter médicos nas extensões de saúde. Relativamente ao museu, e às obras no museu, a situação que existia no museu relativamente ao abatimento que lá ocorreu está a ser tratada. Eu penso que, se não ficou acabado hoje, ainda, nos próximos dias, segunda ou terça-feira, estará resolvida. Relativamente às escorrências que lá há, efetivamente é uma escorrência já muito antiga que existe naquela zona, que foi tentada de resolução ainda no início do nosso mandato e que se conseguiu parcialmente resolver retirando de lá uma quantidade de escorrimentos que lá aconteciam, mas, efetivamente, continuam lá uns escorrimentos que estamos a averiguar a sua origem para poder haver uma correção do existente.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Senhor Presidente da Câmara, concluiu a intervenção?-----

Presidente da Câmara Municipal – Não. Serei agora muito breve. Sobre o ponto de situação das auditorias, que foi solicitado pelo deputado João Oliveira, os relatórios das auditorias, como é do vosso conhecimento, vieram à assembleia municipal. Foram remetidos às entidades por proposta da assembleia municipal. Todas as respostas remetidas vieram a esta assembleia e aqui traremos todos os desenvolvimentos que surgirem, sendo certo que estamos em Portugal e o maior problema deste país é a justiça e, portanto, provavelmente daqui a dez anos ainda andaremos a receber às pinguinhas os relatórios. Senhor António Dias, sobre a questão que falou dos protocolos, aquilo que foi feito não foi um protocolo, foi um auto de transferência de competências e recursos, feito pelo anterior executivo, que transferiu para as juntas de freguesia as competências da limpeza dos espaços públicos, limpeza dos espaços verdes, manutenção de mobiliário urbano, limpeza de bermas, valetas e sumidouros e limpeza dos percursos pedestres e, com base nessa transferência de competências, transferiu, também, os recursos para isso. A Câmara Municipal está, obviamente, disponível para chegar a um acordo relativamente a estas situações e, portanto, é uma questão de nos sentarmos e apresentar as suas sugestões. Relativamente à compra de terrenos para habitação a custos controlados, a Câmara Municipal adquiriu, logo no início do mandato, um apartamento no bairro da Bela Vista e está, neste momento, a realizar obras para que seja colocado no mercado e terá um custo de zero porque é financiada a candidatura a cem por cento ao mesmo tempo desenvolveu uma série de projetos de arquitetura e de especialidades num grande número de escolas aqui no nosso concelho, escolas que estão abandonadas e, também, a construção de algumas moradias na freguesia de Dornelas também no âmbito do PRR, no âmbito do 1º Direito e da Estratégia Local de Habitação estamos, neste momento, à espera da resposta da parte do senhor Ministro da Coesão. Isto, porque houve muitas candidaturas a esta medida e a verba que estava disponível não chegou para todas. O senhor Ministro informou-nos que iriam recorrer à linha BEI para que os municípios pudessem avançar com os projetos e encontramos-nos à espera. Relativamente à viatura Mercedes, foi solicitado aos serviços que reunissem. Se quiser, posso-lhe entregar as faturas do meu para o senhor analisar. Tenho € 1 800,00 para pagar no Auto Visto, portanto, se quiser colaborar com alguma verba, estou, obviamente, disponível para não aceitar. Penso que não houve mais questões.

Presidente da Assembleia Municipal – Muito obrigado, senhor Presidente da Câmara. Sérgio Silva, uma vez que o João Oliveira já interveio há bocado.-----

Sérgio Silva – Muito boa tarde, minhas senhoras e meus senhores, senhores deputados municipais, senhores vereadores e senhor Presidente da Câmara, caríssimo Presidente da

Mesa. Eu não posso deixar passar sem discordar da intervenção do senhor vereador da saúde, relativamente à saúde, quando diz que todos os severenses têm médico de família. Desde que esta Câmara apregou nas redes sociais e nos jornais da região que já tinham chegado os cinco médicos a Sever do Vouga, eu semanalmente tenho ido ao centro de saúde para marcar uma consulta para mim e, até esta semana, todas as semanas tenho ido e a resposta é o senhor está sem médico de família. Portanto, senhor vereador da saúde, tem que atualizar e melhorar a informação que está a dar a esta assembleia e aos severenses. Ainda relativamente a este assunto, também entre a opção ou a proposta do PS e a proposta do PSD, qual delas a pior, porque, o senhor vereador também fala de uma forma muito aflorada sobre a proposta desta Câmara que ainda não desistiu das extensões de saúde, mas, senhor vereador da saúde, todos nós sabemos e percebemos, não é muito difícil entender, que, quando esta Câmara aceitou a delegação de competências em troca de uns milhões de euros para aumentar a extensão de saúde, toda a gente sabe que é para os médicos passarem a estar todos na extensão de saúde em Sever do Vouga e deixarem de ir às extensões de saúde. E, portanto, acho que a Câmara deve atualizar a sua proposta relativamente à saúde, porque o concelho é extenso, as pessoas não têm, não há meios de transporte no concelho, e é difícil as pessoas chegarem cá ao centro da vila para as questões mais básicas na área da saúde. Disse.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Obrigado. João Oliveira, tem a palavra.-----

João Oliveira – Muito obrigado, senhor Presidente. Eu queria que ficasse aqui bem claro que o PS não desistiu de ter médicos nas extensões de saúde. O PS entende é que os médicos que chegaram, se forem, na nossa opinião, se forem destacados para as extensões de saúde, correremos, eventualmente, o risco de eles nem ficarem nas extensões de saúde, nem ficarem no centro de saúde e de se irem embora. Quando falei aqui nesta unidade móvel, e com todos estes equipamentos, eu posso dizer ao senhor vereador Paulo que ela existe tal qual como eu a descrevi e está ao serviço num concelho do nosso país, portanto esta unidade existe. Esta unidade seria um meio complementar para prestar serviço nas freguesias. Eu falei que, para além dos serviços médicos, também teria um serviço da ação social que é importantíssimo, sobretudo para as pessoas mais idosas. Quanto ao médico, também referiu aqui que todos os severenses têm médico de família. Eu vou-lhe perguntar só uma coisa. Quando tivermos médicos nas extensões de saúde, como é que vão ser atendidos os utentes? Vão ser atendidos pelo seu médico de família? E vão todos os médicos de família ao Couto? Vão todos os médicos de família a Paradela? Vão todos os médicos de família às outras extensões de saúde? Isso também gostava de saber. Ou são atendidos por um médico que não o seu médico de família? Para terminar, e repito, o PS não desistiu de ter médicos nas extensões de saúde. Propôs, aqui, uma unidade móvel que seria complementar aos serviços que existem e, nesta fase, em que ainda não temos, nem sabemos quando vamos ter, médicos de família nas extensões, seria um meio de começar já a prestar mais alguns serviços à nossa comunidade. Obrigado.-----

Presidente da Assembleia Municipal – No período de antes da ordem do dia, e nos outros, procurem expor as vossas questões todas para depois dar a palavra ao senhor Presidente da Câmara e ter a resposta porque, se não, andamos aqui vem e vai. Não resulta num debate muito proficuo, a meu entender. António Dias, tem a palavra.-----

António Dias – Muito obrigado, senhor Presidente. Mais uma vez, cumprimento o senhor Presidente e, na sua pessoa, todos os presentes. Senhor Presidente, era só para obter, uma vez que o senhor Presidente da Câmara não respondeu, quando é que o senhor Presidente da Câmara irá colocar alcatrão nos buracos das estradas, pelo menos, da freguesia de Talhadas e se, pelo menos, se não quiser colocar, que o forneça à Junta porque a Junta arranja colaboradores para o colocarem. Era isso, senhor Presidente e era mais também, senhor Presidente, uma vez que se está a chegar agora ao período dos Reis, aquele muro que ameaça ruir junto às Pedras de Talhadas. Obrigado, senhor Presidente.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Obrigado, António Dias. Não há mais intervenções? O senhor Presidente da Câmara ou o senhor Vice-Presidente desejam acrescentar mais alguma coisa ao que foi dito? Fazem favor.-----

Vice-Presidente da Câmara Municipal – Só para concluir os esclarecimentos, volto a reafirmar e seguramente que as minhas informações são atualizadas ao dia de hoje. Todos os severenses têm médico de família ao dia de hoje. Depois, relativamente às palavras do senhor João Oliveira, o senhor acabou de ir ali confirmar o que eu disse há pouco. O PS desistiu de ter médicos nas extensões de saúde porque – o senhor deputado desculpe, que eu não o interrompi enquanto falou – o senhor, o que foi dizer ali, é que não devíamos ter médicos nas extensões de família porque temos medo que eles vão embora, foi isso que o senhor foi dizer ali. Isto quer dizer que o PS desistiu de ter médicos nas extensões de família. É isto que o senhor foi ali dizer. E, relativamente à unidade móvel, é possível, dadas as características que temos no nosso concelho, e da orografia que nós temos e do relevo que temos, para termos uma unidade móvel que faça um serviço desses, tem que ser uma unidade móvel de dimensões reduzidas porque o que o senhor veio aqui trazer não é, de facto, nenhuma novidade. Não existem unidades móveis só no concelho que o senhor referiu. Existem unidades móveis em vários concelhos deste país. Mas, são adaptadas à orografia e ao relevo que cada um tem e eu volto a dizer que essa quantidade de serviços, por muito bem-intencionados que sejam, não são todos possíveis numa unidade de saúde, dada a nossa orografia e o nosso relevo. É isso que eu quis dizer há pouco. Relativamente aos buracos na freguesia de Talhadas, na estrita colaboração com o senhor Presidente da Junta, solicito que nos faça chegar, com a maior brevidade possível, uma listagem da localização dos mesmos buracos para procedermos a essa reparação o mais rápido possível.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Muito obrigado.-----

Presidente da Câmara Municipal – Muito rápido, só responder também ao senhor António Dias que a Câmara tem previsto, no âmbito da candidatura aos incêndios que fizemos e que não consta deste orçamento porque ainda não foi assinado o contrato, mas tive a informação ontem, da parte do senhor Secretário de Estado, que estaria para breve, portanto, deduzo que, até ao final do ano, esteja o contrato assinado. É uma candidatura de € 3 500 000,00 financiada em 85% e que permitirá alguma reabilitação da rede viária, nomeadamente na freguesia de Talhadas. Sobre o muro, julgo que está a referir-se ao muro do senhor Raúl, correto? Não é um senhor que está na Alemanha? Sim, ao pé das Pedras. O senhor ainda ontem cá esteve. A questão é que aquele muro é particular. Aquele muro é um muro de suporte à terra do senhor e foi o que eu lhe procurei explicar. Eu procurei explicar precisamente isso. Julgo que terá sido um muro construído, há muitos anos atrás, pela Junta de Freguesia, através de um acordo entre o proprietário e a Junta de Freguesia e, naturalmente, o muro não foi construído com a drenagem suficiente e, neste momento, está, julgo eu que há vários anos, a ameaçar a ruína. Os serviços já se deslocaram ao local, sejam os serviços da Proteção Civil, sejam os técnicos do município. Confesso que estou um pouco preocupado com isso, sendo certo que, se a Câmara proceder a algumas obras num muro particular só em último caso e no âmbito da Proteção Civil, a Câmara Municipal terá, naturalmente, a seguir, procurar ser ressarcida por isso, mas isso também tive o cuidado de explicar ao senhor Raúl, que esteve cá ontem. Foi a explicação que eu lhe dei. Já pedi novamente aos serviços da Proteção Civil e aos serviços técnicos para se deslocarem até ao local para avaliarem o ponto de situação. Quero, também, dizer-lhe que, como sabe, o senhor Presidente da Junta contactou-me num domingo a dizer que o muro estava a cair e eu fui imediatamente para lá. Já passou um ano, mas continua a ser um muro particular, portanto, ainda não passou a público.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Muito obrigado, senhor Presidente. Vamos passar à Ordem do Dia.-----

----- **3 – Período da Ordem do Dia** -----

3.1 Informação Escrita do Presidente da Câmara Municipal: - O **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

Presidente da Câmara Municipal – Muito obrigado, senhor Presidente. No último trimestre deste ano, tenho testemunhado o empenho incansável por parte dos serviços e do executivo deste Município para renascer da tragédia que nos assolou. É nossa missão criar um concelho mais coeso e atrativo. Cada pessoa desta equipa é fundamental no espírito resiliente de enfrentar as dificuldades e na busca de soluções, o que nos tem levado a ações concertadas e eficazes que alavancam o progresso e o desenvolvimento do nosso território. Perante a calamidade que aconteceu em Sever do Vouga, surgiu uma enormidade de novos assuntos e diversas preocupações para dar seguimento, e as coisas correm a uma velocidade alucinante. Em poucos dias, vários recursos, parecem poucos e não há mãos para tantas necessidades. Mas, não podemos cair na tentação de reagir, sem pensar. Compreendo que por vezes temos a tentação de querer resolver todos os pedidos no momento e no imediato, porém não devemos deixar de ponderar, com calma e fundamentação, a adoção de medidas para mitigação dos efeitos da tragédia. Um dos grandes ensinamentos retirados desta situação, foi a dimensão avassaladora da onda de solidariedade da nossa população e das populações vizinhas, da população portuguesa e da comunidade internacional. Esta é das melhores lembranças que temos, das pessoas que generosamente nos ampararam e às nossas populações. Sentimos que carregamos o mundo de cada um dos severenses. Mas não desistimos, pois esta é a mais nobre e difícil tarefa que teremos nos próximos tempos. Os serviços fizeram um resumo da sua atividade neste período, o que vos permite acompanhar a mesma. O período sobre o qual incide esta informação escrita fica, inevitavelmente, marcado pelo término do ano. Neste ano que se passou continuamos a acreditar num modelo de gestão autárquico assente no rigor, na transparência, no planeamento e na coesão territorial. Mantemos o foco em políticas públicas de proximidade, que se norteiam pelo diálogo, respeito e valorização de todos, de forma equitativa. Vivemos agora uma época caracterizada pela esperança e pelo sentido de comunidade e partilha e, sobretudo, de celebração à humanidade. É neste propósito que este trimestre é de e para as pessoas. Muito obrigado, senhor Presidente.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Senhor Presidente da Câmara, muito obrigado. Estão abertas as inscrições sobre a informação escrita do senhor Presidente da Câmara. António Dias, tem a palavra.-----

António Dias – Obrigado, senhor Presidente. Mais uma vez, cumprimento o senhor Presidente e, na sua pessoa, todos os presentes. Senhor Presidente, eu estive aqui a ler a informação escrita e, como não vi nada sobre a zona industrial de Talhadas, eu gostava de saber, como é do conhecimento geral, a zona industrial de Talhadas foi quase totalmente devastada pelas chamas do incêndio de setembro deste ano. Senhor Presidente, isto é um tema de extrema preocupação para a freguesia e para o concelho, pois trata-se de uma área estratégica para o desenvolvimento económico e para a geração de empregos. Senhor Presidente, até ao momento, não temos qualquer resposta concreta, quer por parte do município, quer do Governo Central, no que diz respeito a apoios destinados à recuperação e ao desenvolvimento da zona industrial. Senhor Presidente, esta situação deixa-nos inquietos e levanta dúvidas sobre o futuro das empresas afetadas. Gostaria, senhor Presidente, que esclarecesse qual é a posição relativamente a este tema. Para o próximo ano que ações ou investimentos estão planeados para a revitalização da zona industrial de Talhadas, se há, ou não, contactos em curso com entidades governamentais para a obtenção de apoios. E, senhor Presidente, termino, esta é uma questão crucial que exige respostas e ações urgentes, portanto, senhor Presidente eu, em nome dos Talhadenses, aguardamos com expectativa, o seu posicionamento para que possamos trabalhar juntos em soluções que garantam a recuperação da zona industrial e o desenvolvimento dessa área que é tão importante para o nosso concelho. Obrigado, senhor Presidente.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Obrigado. João Oliveira, tem a palavra.-----

João Oliveira – Mais uma vez, muito boa tarde a todos. Obrigado, senhor Presidente. Num troço de estrada da zona industrial dos Padrões já se encontra com asfalto, mas a maior parte ainda se encontra em estado lastimoso. Entretanto, nesta primeira empreitada foi asfaltado um acesso à floresta, junto à tornearia (ex-Auto Visto). Senhor Presidente, pode informar-nos a que se destina este acesso e o motivo por que foi asfaltado? Não seria prioritário asfaltar mais alguns metros do troço entre a Seve me e a Rua Nossa Senhora de Fátima dado o seu estado? A ponte pedonal do paredão da Barragem de Grela encontra-se, há imenso tempo, caída e com um aspeto de abandono. Face à sua localização, à entrada da vila e junto à praia fluvial, não é um grande cartão de visitas. Senhor Presidente da Câmara Municipal, sabe dizer-nos para quando a sua reparação? Senhor Presidente, gostaria ainda que nos informasse quando poderá ser consultado pela população, o projeto de ligação da EN 328 à A25. Na sequência dos incêndios havidos no nosso concelho, as operadoras de telecomunicações repararam as linhas de transmissão de dados e substituíram postes, mas deixaram o solo juncado dos cabos e postes queimados, abandonados à beira das estradas, com um aspeto desolador. Penso que o município deveria exigir-lhes que retirem de imediato os sobrantes deixados ao abandono. Termino com os votos de um feliz Natal e um bom ano com paz no mundo e saúde para todos nós. Obrigado.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Obrigado, João Oliveira. Senhor Presidente da Câmara, tem a palavra.-----

Presidente da Câmara Municipal – Muito obrigado. Senhor António Dias, a zona industrial de Talhadas. Em primeiro lugar, os terrenos, como é do conhecimento público, a Câmara Municipal, poucos meses após ter tomado posse, este executivo, no âmbito da segunda alteração da primeira revisão do PDM, fez um alargamento da zona industrial de Talhadas. Os terrenos à volta da atual zona industrial são propriedade dos baldios de Talhadas que se disponibilizaram a ceder os terrenos à Câmara Municipal para que esta pudesse fazer a infraestruturização e o alargamento da zona industrial. Contudo, como o senhor António Dias sabe, os baldios de Talhadas tiveram quase dois anos à espera que a Junta de Freguesia de Talhadas passasse uma declaração que permitisse que os terrenos passassem para nome dos baldios, coisa que só aconteceu há poucas semanas a informação que temos por parte do senhor António Afonso, responsável dos baldios de Talhadas, é que irá à última assembleia de baldios de Talhadas este ano a transferência para a Câmara Municipal dos terrenos. No âmbito do PT2030, a Câmara Municipal tem uma verba destinada para as zonas industriais, sendo que, no caso específico de Talhadas, a Câmara Municipal arranjou diversos investimentos e há propostas de diversos investimentos, sendo que, um deles, que era aquele que, particularmente a mim, mais me agradava, era um investimento superior a € 14 000 000,00 que, infelizmente, não foi feito porque, evidentemente, só poderia ser feito se a Câmara tivesse os terrenos na sua propriedade. Não o tinha, perdeu-se uma oportunidade de desenvolvimento de Talhadas e de Sever do Vouga. Sobre a questão de Talhadas e das fábricas ardidas, desde o primeiro dia, eu tenho acompanhado pessoalmente os empresários que mais sofreram com os incêndios. Refiro-me, por exemplo, à Perfimade, à Kitbanho, e à empresa do senhor Hélio Domingues na Frágua. Aquilo que lhe posso dizer é que, como disse há pouco, a portaria saiu a semana passada, na quarta-feira, o aviso saiu na quinta-feira, os empresários foram contactados todos para participar numa sessão de esclarecimentos e já há empresários a apresentar candidaturas. A Kitbanho comprou, também, o lote ao lado. Pretende ampliar as suas instalações. A Perfimade está, também, a apresentar a candidatura e, portanto, é com grande alegria que vemos que as pessoas não desistiram de apostar em Sever do Vouga e, da parte da Câmara Municipal, tudo, eles têm o meu número direto, e tudo eles têm pedido, eu tenho procurado, juntamente com os técnicos, com o restante executivo, procurar responder a todas as suas necessidades. Senhor deputado João Oliveira, zona industrial dos Padrões. A zona industrial dos Padrões foi pavimentada, eu diria, em dois terços. Falta, efetivamente, um terço. Também ali na zona do Vale da Anta, ainda falta pavimentar uma parte, nomeadamente em frente à Pastelaria Confiança, que será

pavimentada assim que se resolver uma questão de infiltrações, entrada de águas, na carpintaria que lá está. É uma situação que tem muitos anos e que só agora vai ser resolvida. Depois disso, procederemos à pavimentação em frente à Pastelaria Confiança no Vale da Anta. Relativamente ao resto que falta pavimentar até à capela de Nossa Senhora de Fátima, a situação é semelhante, mas é mais grave. Existe um problema de águas pluviais naquela zona, ali à beira da Seveme, e que, francamente, nós ainda não sabemos como é que vamos resolver. No caso da carpintaria, em breve será resolvida. Naquele caso, não sabemos porque a água estava a ir para um terreno que não pertence à empresa e o proprietário do terreno lembrou-se, após trinta anos da água ir para aquele terreno, de tapar a drenagem e confesso que nós não sabemos muito bem o que é que havemos de fazer. Temos consultado diferentes técnicos, estamos a analisar a questão. Espero que, o mais rapidamente possível, seja pavimentado até à capela de Nossa Senhora de Fátima. O acesso à floresta a que se refere, na zona industrial, é o acesso a um estacionamento da CS WIND que, num caminho público, obviamente, que tinha sido pedido há muito tempo porque existe, de facto, na zona industrial, com a quantidade de empresas e empregos, existe um problema de estacionamento e eu, aquilo que tenho que agradecer a esta empresa, assim como muitas outras, é a paciência que tiveram porque aquele troço, à beira da CS WIND, estava a necessitar de pavimento há dez anos, quinze anos, e foi agora pavimentado e, como lhe disse, aquele acesso, num caminho público, é para o estacionamento da CS WIND. Ponte pedonal da Grela, eu tive uma reunião, a semana passada, com o engenheiro João da Generg, que agora não é Generg, é Total Energy, em que lhe pedi encarecidamente, mostrei-lhe inclusive a aplicação que temos ligada ao turismo, expliquei-lhe que estamos a desenvolver uma candidatura para a recuperação da Quinta do Barco, no âmbito do Programa Valorizar e disse-lhe que era muito importante para nós que a ponte da Grela fosse reabilitada. Ele informou que a mini-hídrica da Grela não tirava rendimento suficiente para o investimento que era necessário fazer para recuperar a ponte. Eu não sei se é possível, mas a Câmara até poderá estar disponível. Já pedi aos serviços para me verem essa situação, para suportar, eventualmente, parte dos custos se for legal essa situação para que se possa fazer um acesso à praia fluvial da Quinta do Barco. Por acaso, foi a semana passada que o fiz e aguardo resposta da parte dos serviços. Contudo, se não for possível, é evidente que aquela ponte fica ali muito mal e, eventualmente, se não houver opção de construir uma nova ponte, que julgo que será difícil porque a própria APA opõe-se normalmente a todas estas situações. Pelo menos, deveriam ser retirados os pilares que põem em causa a própria segurança os pilares e a plataforma que lá existe. Quando poderá ser consultado o projeto de ligação da EN 328 à A25, o conhecido IC35 – o projeto, o concurso para a elaboração do projeto de execução foi lançado em 2023. A empresa que ganhou começou a iniciar o projeto e tem-no feito em estreita colaboração com o município e com o IP, as Infraestruturas de Portugal. Tivemos uma reunião há cerca de um mês onde falámos, precisamente, sobre este projeto. O projeto, pensamos nós, que estará para consulta pública em março e, portanto, poderá ser consultado por todos em março para que, naturalmente, possam dar as suas sugestões. A Câmara já deu as sugestões que entendia em articulação, também, com o senhor Presidente da Junta de Pessegueiro, que é por onde passa a maior parte do troço que, naturalmente, fez as sugestões que entendia melhores para a freguesia, e muito bem. Concordo com elas todas. Esperamos que eles nos ouçam. É um projeto que terá duas pontes, um túnel. É um projeto ambicionado pelos severenses há trinta anos e eu espero que rapidamente esteja disponível para vocês verem. Assim que estiver disponível para consulta pública depois passa para a Declaração de Impacte Ambiental e, naturalmente, aquilo que está previsto é que, no início do próximo ano, no final deste ano, possa ser lançado o concurso público para a sua construção. Será, certamente, um concurso internacional, uma vez que o financiamento está garantido no âmbito do Leilão do 5G. Mais alguma questão?-----

Presidente da Assembleia Municipal – Concluiu? Obrigado. O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Pessegueiro, Fernando Rodrigues, tinha pedido a palavra.-----

Fernando Rodrigues – Senhor Presidente da Assembleia, senhores membros da Mesa, senhor Presidente da Câmara, senhores vereadores, senhores deputados, senhores membros da assembleia, colegas presidentes de Junta, minhas senhoras e meus senhores, muito boa noite. Sobre o IC35, como é sabido, como muita gente sabe, o IC35, na sua maior parte do trajeto, passa nos terrenos da Freguesia de Pessegueiro do Vouga. Ao passar nos terrenos da Freguesia de Pessegueiro do Vouga é rendimento, é património da Freguesia que fica, por assim dizer, ao serviço, digo do concelho porque, no fundo, não há serviço de Pessegueiro a não ser que Pessegueiro, realmente, beneficie alguma coisa com esse traçado. Aquilo que eu verifiquei, e já debati há alguns meses, foi que os acessos ao IC35 para Pessegueiro não contemplam completamente os interesses de Pessegueiro. Tem uma saída, tem um nó, que vai servir a estrada da Gândara, ou a rua Gândara que, no fundo, a parte norte de Pessegueiro que, no fundo, é a parte sul de Sever do Vouga, e tem uma segunda saída que vai contemplar a mesma rua, que é a rua da Gândara na parte sul, quer dizer, a rua da Gândara, de Pessegueiro, é uma rua muito importante, mas não é a mais importante de Pessegueiro, nem de Sever do Vouga. A pretensão de Pessegueiro do Vouga é que o segundo nó, ou sempre foi, quando estava a ser estudado aqui pelo município, que se dirigisse ao centro de Pessegueiro do Vouga, ou seja, passa pela capela de Santa Quitéria, lá no parque da serra, em direção à zona de Sóligo, Nogueira, pelo meio, ou seja, em direção ao centro de Pessegueiro, que é onde está a igreja, onde está o Centro Social, é onde está a Junta de Freguesia. Daí, desse nó, deriva para todos os lados que entenderem. Se quiserem entender que ele deriva novamente para a Gândara, muito bem. O que é que acontece com isto tudo, o que é que eu quero dizer? Vai ser difícil conter a população caso isso não se verifique. É só um alerta que é para ficar aqui que é para qualquer dia, nós, em Pessegueiro termos que vir aqui todos. O senhor Presidente ri-se, mas a verdade é essa, que a gente tenha que vir aqui todos e é só para saber o que é que vai acontecer. Boa noite.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Muito obrigado. O senhor Presidente da Câmara deseja acrescentar mais alguma coisa face a esta intervenção?-----

Presidente da Câmara Municipal – Só dizer ao senhor Fernando que, como ele sabe, todos os pedidos de alteração que ele solicitou foram encaminhados para as entidades próprias e bater-nos-emos pela reivindicação de Pessegueiro e do senhor Fernando. Muito obrigado.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Obrigado. Não registo mais intervenções, vamos passar ao ponto 2.-----

3.2 Orçamento Municipal e GOP's 2025: - No uso da competência dada através da alínea a) do n.º 1, do artigo 27º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foram apreciados e votados os documentos previsionais para o ano económico de 2024, cujo Orçamento de Receita e Despesa é de € 16 000 000,00 (dezasseis milhões de euros), estando os recursos previstos devidamente evidenciados no orçamento de receita, para aplicação e alcance dos referidos objetivos definidos no orçamento de despesa, que devem ser conjugados com os restantes documentos apensos. Foi elaborado um conjunto de demonstrações previsionais previstas no parágrafo 46 da Norma de Contabilidade Pública (NCP) n.º 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) e ainda os documentos previstos no artigo 46.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI). De salientar as Grandes Opções do Plano, com os vários projetos, ações e atividades dotadas para 2025 em € 10 500 000,00 (dez milhões e quinhentos mil euros), que compreende o Plano Plurianual de Investimentos com um total definido de € 5 350 000,00 (cinco milhões, trezentos e cinquenta mil euros) e o Plano de Atividades com o valor definido de € 5 150 000,00 (cinco milhões, cento e cinquenta mil euros).-----

O Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

Presidente da Câmara Municipal – Muito obrigado. A proposta de Orçamento Municipal para 2025 compreende um conjunto de demonstrações previsionais, como o orçamento, enquadrado num plano orçamental plurianual, e os planos plurianuais de investimentos e atividades. Para além destes, a proposta contempla outros documentos previstos no Regime Financeiros das Autarquias Locais. Este foi elaborado de acordo com as regras previsionais e sempre de acordo com os princípios fundamentais, não pondo, assim, em causa a estabilidade orçamental municipal. Com este orçamento pretendemos assegurar todas as atribuições municipais, claro que nunca conseguindo a sua globalidade, mas sempre com a convicção de nunca baixar os braços para continuar a conseguir mais receita para, assim, conseguir responder aos interesses da população severense. Em termos técnicos o orçamento municipal de 2025 é de 16 milhões de euros, cerca de 2,4 milhões de euros a mais do que o orçamento inicial de 2024. O Orçamento da Receita compreende receitas correntes de 11,1 milhões de euros e receitas de capital e outras receitas de 4,9 milhões de euros. As principais receitas são as fiscais (1,8 milhões de euros), as transferências do orçamento de estado (8,9 milhões de euros) e as transferências para a comparticipação de projetos pelos fundos europeus e pelo estado português (3,7 milhões de euros). O Orçamento da Despesa inclui despesas correntes de 10,65 milhões de euros, enquanto as despesas de capital são de 5,35 milhões de euros. As principais despesas são as de pessoal (4,7 milhões de euros), as de aquisição de bens e serviços (4,1 milhões de euros) e as aquisições de bens de capital (4,8 milhões de euros). No Plano de Atividades mais relevantes podemos destacar alguns projetos quer pelo valor despendido quer pelo objetivo em prol da população severense: transportes escolares especiais; transferências de competências na educação, ação social e saúde; piscina municipal; incentivo à natalidade; gastos de eletricidade com edifícios e iluminação pública; serviços de recolha e tratamento de resíduos sólidos; equipas de intervenção permanente. A Câmara Municipal, através de um protocolo celebrado entre os bombeiros de Sever do Vouga, entre a ANESP e a Câmara Municipal, paga duas equipas, paga metade dos salários de duas equipas de intervenção permanente, tendo-me sido, várias vezes, solicitado e alertado para a necessidade de uma terceira equipa; transferências para as freguesias e para a CIRA. No Plano Plurianual de Investimentos podemos destacar os seguintes projetos: requalificação de infraestrutura para creche; Centro de Saúde e extensão de saúde; reabilitação do posto da GNR; conservação da rede viária; cheias e inundações; aquisição de imóveis; transferências para as instituições sem fins lucrativos e para a CIRA. A semelhança do que fiz no ano passado, gostaria de fazer um alerta sobre este orçamento. Houve uma redução muito significativa, no orçamento, do dinheiro destinado para a Estratégia Local de Habitação. Isto deve-se, precisamente, a que nos encontramos a aguardar pela resposta do senhor Ministro da Coesão que nos informou que seria possível, a breve prazo, aumentar a verba disponível através da linha BEI. Isto, naturalmente, aumentaria o orçamento, caso a verba já estivesse disponível, em cerca de 3 a 4 milhões de euros. Para além disso, temos dois contratos-programa. Um para a requalificação de edifícios municipais e outro para a reabilitação de infraestruturas rodoviárias, que também está aprovada, no valor de € 900 000,00, ambas financiadas a 50%. Também não constam do orçamento. Finalmente, a candidatura que submetemos no âmbito dos incêndios, como referi há pouco, de € 3 500 000,00, financiada a 85%, que está aprovada, mas que ainda não foi assinada. De acordo com o Secretário de Estado, como eu falei há pouco, através de mensagem recebida ontem, o que ele me disse foi, pura e simplesmente, para dizer que a candidatura estava aprovada, que seria assinada em breve e que transfeririam, no caso dos incêndios, 90% dos 85% financiados para os cofres da Câmara Municipal. Se fôssemos a contabilizar estes valores, sem sequer ter necessidade de introduzir o saldo de gerência, seria a primeira vez que a Câmara Municipal ultrapassaria os € 20 000 000,00, sendo que, quando começamos,

o orçamento apresentado foi na casa dos € 10 000 000,00, ou seja, em três anos, conseguimos que o orçamento dobrasse. Muito obrigado, senhor Presidente.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Muito obrigado. O senhor Presidente da Câmara. Estão abertas as inscrições. António Dias, tem a palavra.-----

António Dias – Obrigado, senhor Presidente. Cumprimento o senhor Presidente, mais uma vez, e cumprimento todos os presentes. Senhor Presidente, relativamente ao orçamento municipal, eu gostaria de salientar que as autarquias têm uma responsabilidade de resolver prioridades correntes, tais como educação, saúde, bem-estar social e outros serviços essenciais. No entanto, é importante lembrar que estas obrigações não devem conduzir a uma sobreorçamentação nem uma suborçamentação. Decisões desta natureza, embora necessários em alguns casos, podem resultar numa redução de despesas de capital prejudicando investimentos fundamentais para o desenvolvimento das freguesias e do concelho. Todos temos consciência que as despesas correntes aumentam a cada ano, seja devido às atualizações salariais, aos custos crescentes de fornecimento de serviços externos ou aquisição de consumíveis. Esses aumentos, por vezes, obrigam a ajustes que podem implicar cortes em investimentos estratégicos. Senhor Presidente, gostaria de enfatizar a importância de um equilíbrio responsável na gestão do orçamento. Precisamos de garantir que as necessidades imediatas sejam atendidas, mas sem comprometer o futuro das nossas comunidades e o progresso que desejamos. Do orçamento para 2024 que estamos aqui a votar hoje, esta sessão é, também, uma oportunidade, desculpe, o orçamento de 2025, que estamos aqui a votar hoje, é, também, uma oportunidade para refletirmos sobre o que tem sido feito por este executivo desde finais de 2021. É um momento para analisarmos, de forma crítica, os quatro orçamentos, entre aspas, contando com este, que foram apresentados e votados nesta assembleia a longo do mandato. Aquilo que constato, senhor Presidente, com grande preocupação, é que a minha freguesia tem, ano após ano, perdido apoios e investimentos por parte da Câmara Municipal. Esta situação reflete-se diretamente nas condições de vida da população que represento, comprometendo o desenvolvimento local e dificultando a resolução dos problemas urgentes como os danos causados pelo incêndio. Senhor Presidente, esta falta de atenção e investimento sistemático não só prejudica a minha freguesia, mas também contraria os princípios de equidade e equilíbrio orçamental e territorial que deveriam guiar as políticas do executivo camarário. Senhor Presidente, o incêndio que provocou elevados danos e prejuízos na freguesia de Talhadas, mais propriamente em alguns bens da Junta de Freguesia, propriedade da Junta de Freguesia, nomeadamente na feira, alguns parques e, infelizmente, alguma rede de abastecimento de água. Como sabe, ainda não há nenhuma candidatura aberta, portanto, não há nenhum apoio em que a Junta se possa, entre aspas, candidatar e, senhor Presidente, uma vez que não há, ainda, nenhum apoio, o senhor Presidente agora falou, e bem, que tinha já um apoio e € 3 500 000,00 e eu pergunto se não poderia ter aberto aí uma rubrica para as freguesias que foram, entre aspas, prejudicadas pelos incêndios e que não estavam a contar com essa despesa, ou seja, é uma despesa extraordinária, não há qualquer tipo de apoio para as freguesias e eu estou a falar da freguesia de Talhadas que, só na feira, tem lá 15 ou 20 mil euros de prejuízo. Portanto, senhor Presidente, poderia ter acautelado, se calhar, algum valor para essas situações. Senhor Presidente, para terminar, de referir que, apesar de termos tido as nossas verbas cortadas em € 75 000,00, portanto, de acordo com a palavra que o senhor deu e que não cumpriu, ainda assim conseguimos apoiar a nossa população de forma significativa através do nosso esforço. Podemos orgulhar-nos das nossas conquistas importantes como a criação de um campo de *Padel*, o único no concelho, a aquisição de uma viatura de transporte de passageiros, grandes investimentos na rede de abastecimento de água, a garantia da presença de um médico, a garantia da presença de um psicólogo para apoiar a comunidade, aulas de pilates clínico, ginástica sénior e, senhor Presidente, promovemos o bem-estar e alguns investimentos para a nossa comunidade. Por isso, senhor Presidente, mantemos uma tradição que reflete a nossa atenção especial aos maiores de idade de 65

anos, nomeadamente o cabaz de Natal. E, senhor Presidente, termino. São exemplos destes que mostram que, mesmo em tempo de dificuldades financeiras e cortes significativos, é possível trabalhar em prol da comunidade e da nossa população, fazer investimentos e, acima de tudo, colocar sempre, sempre, as necessidades da população acima de qualquer lugar. Obrigado, senhor Presidente.-----

Presidente da Assembleia Municipal – António Dias, muito obrigado. Diana Paiva, tem a palavra.-----

Diana Paiva – Muito obrigada, senhor Presidente. Renovo os cumprimentos de há pouco. Costuma-se dizer e sempre dizemos que o orçamento revela aquilo que um executivo pretende lançar para a sua população e, efetivamente, registamos com agrado este acréscimo de verba geral no orçamento que permite fazer mais trabalho. E, neste ponto, queria salientar o lançamento do mercado municipal porque este dará condições dignas aos vendedores que aqui se deslocam, assim como aos populares que vão ali fazer as suas compras. Outro ponto que considero de extrema importância é o centro de recolha animal. Já o disse aqui, em tempos, numa assembleia e quem nos acompanha nas assembleias da CIRA, em Aveiro, sabe que este, infelizmente, é um ponto que está a ser discutido, há anos, com rios de dinheiro gasto. Não se lançou, ainda, nenhuma pedra sobre o bendito CIROA e o problema dos animais errantes continua no nosso concelho e nos concelhos vizinhos e, portanto, nós temos que resolver o problema do nosso concelho. E este centro de recolha animal resolve este problema a curto prazo e é extremamente importante. Outro ponto, que seria também de pensar relativamente ao abandono dos animais, é a educação. Nós temos que educar os nossos jovens. Temos que começar mais cedo. Começar a apresentar aos nossos jovens, às nossas crianças, que, se os animais são nossos amigos na os devemos abandonar e tudo devemos fazer para preservar a sua saúde. E, portanto, é aqui, a longo prazo, que há um trabalho a fazer, talvez junto com as escolas, fazer esse trabalho, mas, neste momento, o lançamento deste projeto do centro de recolha é extremamente importante. Muito obrigada.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Muito obrigado. David Alves, tem a palavra.-----

David Alves – Senhor Presidente da Assembleia, restantes membros, excelentíssimo executivo, caros colegas, público em geral. Estamos a relatar o orçamento para 2025. Eu começo por dizer que sou um bocadinho adverso aos orçamentos porque farto-me de fazer orçamentos que são apenas para inglês ver, portanto, felizmente, aqui, no município não, no Estado não. Os orçamentos têm um objetivo porque controlam a despesa e a receita e obrigam a ajustes caso haja desvios. A primeira surpresa que eu tive, provavelmente surpresa porque não vi, eu digo, desde já, que tive muito pouco tempo para olhar para isto, mas a base para avaliar o orçamento para 2025 foi agosto de 2024. Ora, agosto de 2024 foi, com base de elementos de agosto de 2024 que se projetou o orçamento para 2025 com respetivos ajustes. Isso diz-me que, por exemplo, o senhor Presidente explicou que se o orçamento tivesse sido mais tarde, ou tivessem já previsto, havia mais 4 milhões ou 5 milhões de euros para o total. Também posso dizer, ou parece-me, que será o maior orçamento até hoje apresentado neste Assembleia, 16 milhões de euros. 16 milhões de euros é quase, como se saísse, a nós, o Euromilhões. Portanto, o senhor Presidente e o executivo vão ter, de certeza, muito cuidado na sua aplicação. As receitas correntes são 69,38% e que resultam, acima de tudo, de transferências e subsídios. Não esquecer que, depois, a despesa que representa 66,56%, há já aqui uma variação de 3 pontos percentuais relativamente às receitas, são dos encargos, a maior parte deste aumento são os encargos derivados dos protocolos assinados pelo município com a saúde e com a educação. Portanto, cresce na receita cresce na despesa. Às vezes, é um bocadinho enganador, mas é isso que acontece. Nós temos uma série de competências, que é evidente, o Estado vai ter de as pagar. Não sei se paga a totalidade, ou não, mas que inflacionam, no fundo, o orçamento. Também gostava de falar dos custos com o pessoal, que são 8,74%. A página 25 do orçamento diz que é ajustamento legal. Não me parece que seja um ajustamento legal porque o salário nacional sobe 6,2%, portanto, há um aumento de 2,5% relativamente

ao ajustamento do salário nacional. Penso que haverá aqui, provavelmente, ou carreiras ou admissões, portanto, é só um alerta para isso. Também me chamou a atenção que o orçamento, mas eu aqui posso, e manifesto a minha ignorância, não tem a supervisão do ROC, do revisor oficial de contas. Não tem nenhum parecer do ROC sobre o orçamento. Não sei se é obrigatório, se não. Manifesto a minha ignorância, mas fica esta chamada de atenção. É tudo.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Obrigado. António Monteiro, tem a palavra.-----
António Monteiro – Muito obrigado, senhor Presidente da Mesa, senhor Presidente da Câmara, senhores deputados municipais, senhores presidentes de Junta. Em nome do CDS, venho aqui fazer algumas considerações sobre o orçamento que estamos a discutir neste momento. Os orçamentos são, evidentemente, uma previsão que revela aquilo que é a orientação da Câmara e do Município relativamente às opções a tomar no próximo ano. Nas prestações de contas é que nós verificamos aquilo que é a capacidade de execução e de concretização que, ao longo desse ano, a Câmara conseguiu dar ao orçamento, à previsão, que tinha realizado. Quando se faz uma discussão de orçamentos, podemos adotar duas formas de fazer essa comparação. Ou comparamos orçamentos com orçamentos – com o orçamento do ano anterior ou com os orçamentos dos anos anteriores – ou podemos, também, comparar aquilo que é o orçamento com a previsão de execução até ao final desse ano para sabermos que rubricas é que necessitam de reforço. Qual é, por exemplo, a expectativa de saldo orçamental, mas fazendo estas considerações prévias, é evidente que, manifestando, desde já, que o CDS está comprometido com esta Câmara, está comprometido, por isso, também, em votar favoravelmente o seu orçamento. Apesar, não escondo ao Presidente da Câmara, de ter ficado algo surpreendido, mas depois olhei para o orçamento, podia ter ficado preocupado, mas, também, não fiquei, quando soube que até o Partido Socialista tinha votado a favor deste orçamento na reunião de Câmara. E, portanto, fiquei algo surpreendido porque não estava à espera, porque este orçamento revela as opções de uma Câmara. Enfim, poderia ficar preocupado se, de repente, nada daquilo que seriam as opções que nós defendemos lá estivesse consagrado. Agora, há algumas questões que poderia ter usado de um esclarecimento prévio, mas, por economia de tempo, achei que deveria colocar na minha intervenção, há algumas observações que quero fazer ao senhor Presidente e um lapso que eu sugiro ao senhor Presidente que corrija que é na página 21 quando se diz que “as previsões de receitas de capitais”, na penúltima linha, “as previsões de receitas de capitais e outras receitas diminuíram em relação ao ano anterior em 1,2 milhões de euros” – não, aumentaram, portanto, há aqui este lapso, até porque vendo-se o resto do texto se percebe que não bate certo com toda a informação que está disponível, quer nos quadros, quer no restante texto. Nós temos um orçamento que, pela primeira vez, atinge os 16 milhões de euros em que um terço é, essencialmente, investimento. Da receita corrente, uma pequena parte daquilo que é o aumento dos 1,2 milhões de euros acaba por ser remetido, também, para despesa de capital. Há, no entanto, nesta questão das despesas de capital, onde estão também as participações sociais, uma questão que eu gostaria de interrogar o senhor Presidente, até porque estivemos presentes na última Assembleia Intermunicipal na CIRA. É que está previsto que a Polis Ria seja transformada em Ria Viva e que, dessa forma, passe a abranger, naquilo que são as suas competências, não apenas a ria, mas também, passar a abranger o rio, os rios, e passar a estar todos os municípios abrangidos pela nova entidade que é a Ria Viva. Ora, em termos de participações sociais, a minha questão é se já há alguma previsão e, se há, deveria constar do orçamento e, se estiver, o senhor Presidente que me indique qual será a participação que Sever do Vouga poderá vir a ter nesta entidade que estará em criação e que resultará na transformação da Polis em Ria Viva e que passará, também, a abranger, em matéria da água e do Rio Vouga, o município de Sever do Vouga. Depois, no que diz respeito àquilo que é a parte que não está definida neste orçamento e que é o quadro 21, página 31. Nós estamos a falar daquilo que são as verbas a definir e que eu presumo que sejam para vir a preencher em futura revisão orçamental. No entanto, nessa revisão

orçamental, há expectativas e eu queria perguntar ao senhor Presidente se já nos pode partilhar qual será a expectativa em termos de saldo de gerência. Sabemos, também, que temos a questão do empréstimo, e a prorrogação do prazo desse empréstimo, que virá ainda a esta reunião. E temos, também, as candidaturas a fundos comunitários que o senhor Presidente já referiu. E dentro dessas expectativas, em termos orçamentais, o senhor já nos deu uma ideia, mas eu acho que era importante esclarecer-se no que diz respeito às verbas a definir, nomeadamente um ponto que já aqui foi referido, que é o centro municipal de recolha animal, exatamente pela razão que aqui foi explicada porque ainda na última Assembleia Intermunicipal da CIRA eu perguntei qual era o estado do CIROA e a informação que nós tivemos é de que não está em estado nenhum, portanto, continua o processo parado, e portanto, ou Sever do Vouga trata da sua vida ou então iremos continuar, e relembro, uma vez que está aqui o senhor Vereador Almeida e Costa, que fez parte da Câmara anterior em que a resposta era, muitas vezes, estamos à espera do CIROA, estamos à espera do CIROA, estamos à espera do CIROA, de cada vez que nós interpelávamos a Câmara anterior com esta questão. A atual Câmara, que já estamos a caminhar para o último ano de mandato, já sabe que CIROA, tão cedo, não há, portanto, ou tratamos aqui em Sever, ou então, não será na CIRA, na região de Aveiro, que a questão será resolvida. Por outro lado, na questão das verbas ainda a definir, temos também uma verba substancial relativamente a parques infantis que penso que é algo importante para todas as freguesias. Há freguesias que já têm o seu novo parque infantil, mas penso que era importante que todas tivessem o novo parque infantil até ao final do mandato e como está verba ainda por definir e nós sabemos que há aqui estas componentes que são importantes porque, para se poder fazer investimentos com fundos comunitários, será necessário que o município assegure a componente da participação municipal. Sabemos que há saldo de gerência, sabemos que há empréstimo, como é que o senhor Presidente pensa compor as verbas a definir com base nestes recursos que ainda não constam do orçamento e se nos pode garantir que iremos ter parques infantis, que irá avançar o centro municipal de recolha animal, para que estes problemas, para que estas verbas que estão por definir, obviamente sem esquecer a verba mais substancial de todas, que são a rede viária e os incêndios que faltará também preencher e, no fundo, se nos poderia dar mais informação de como pretende concretizar as verbas a definir para o orçamento de 2025 de forma a que toda a assembleia tenha conhecimento daquilo que são o destino que estas componentes terão no futuro ano de 2025. Muito obrigado.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Obrigado. Eu creio que não tenho mais nenhuma inscrição. Confirma-se? Senhor Presidente da Câmara, tem a palavra.-----

Presidente da Câmara Municipal – Muito obrigado, senhor Presidente. Senhor António Dias, relativamente aos apoios às freguesias, e os prejuízos que tiveram nos incêndios, a portaria não saiu, o aviso também não saiu, e aquilo que nós fizemos foi, junto das entidades, nomeadamente junto do senhor Ministro da Coesão, pedir para que todas as freguesias fossem contempladas com a possibilidade de submeterem uma candidatura e de serem ressarcidas dos prejuízos conforme a Câmara Municipal, conforme as empresas, etc. Deixe-me que lhe diga, também, no que diz respeito a Talhadas, que não percebo quais são as queixas que Talhadas tem. Nunca se investiu tanto em Talhadas. Relativamente àquilo que diz do médico, quem colocou o médico de família em Talhadas foi a Câmara Municipal e, naturalmente, o Ministério da Saúde. A Câmara, através do regime de incentivo à fixação de médicos, e do regulamento que criou, naturalmente, pretende que haja, efetivamente, médicos de família como disse o senhor Vereador Paulo Nogueira, e, infelizmente, temos tido algumas vicissitudes que nos impedem de gastar mais dinheiro, nomeadamente, os trabalhos complementares que foi necessário realizar na estrada das Arcas, os 80 mil euros provocados pela abertura de uma conduta, por parte do senhor António Dias. Temos, ainda, uma situação para resolver em frente à associação da Silveira, que esperemos resolver nos próximos dias, fruto de um atraso relativamente à passagem da água. Também quero dizer que a Câmara Municipal pagou, integralmente,

segundo sei, o veículo da Junta de Freguesia e pagou, também, o reservatório de água, integralmente, que o senhor António Dias tanto necessita. O parque infantil em Talhadas será custeado pela Câmara Municipal, que falou com a associação de pais e a proposta da associação de pais foi que fossem reabilitados os parques infantis da escola e do jardim infantil. Penso que talvez o melhor e maior investimento que foi feito em Talhadas foi a abertura da creche, que nunca tinha sido aberta em onze anos, e, sem dúvida, um investimento fundamental e que qualquer presidente da Junta de Freguesia que está aqui gostaria de ter, uma nova extensão de saúde na freguesia de Talhadas, com um custo, um investimento de 500 mil euros, sendo que, esperemos que não venha a ser posto em causa, uma vez que a Junta de Freguesia ainda não passou nenhuma declaração a permitir a sua construção e, portanto, senhor António Dias, mal possa, espero que o faça. Senhor David Alves, no que diz respeito ao ROC, não é necessário no orçamento, apenas na prestação de contas. Cresce na receita, cresce nas despesas. Falou aí na questão dos salários, mas também temos a alteração da tabela remuneratória. A Câmara Municipal, este executivo, fez a avaliação, de acordo com as regras do SIADAP, relativa ao ano de 2021 e 2022. Foi a primeira vez que foi feito nesta Câmara Municipal e isso, portanto, obrigatoriamente com a acumulação dos 10 pontos, passa para o nível remuneratório superior, o que faz a diferença dos 2%. Está prevista a contratação de novas pessoas porque temos muitas pessoas a reformarem-se, portanto, o número não acredito que aumente. Julgo que não colocou mais nenhuma questão. António Carlos Monteiro, não há, ainda, previsão sobre a percentagem que o município de Sever do Vouga terá para o Ria Viva. Espero que seja muita. Espero que seja melhor do que a percentagem que o município teve na AdRA e espero que seja muito melhor do que a percentagem que o município teve nas águas de Carvoeiro, que foi zero. Neste momento, e ao dia de hoje, o saldo de gerência é de 1,3 milhões de euros, mas só no final do ano é que se vai saber, dado que estamos à espera da entrada de receitas. Teremos, também, um aumento do Orçamento de Estado, que não está contemplado nestas definições, de 900 mil euros. E teremos, também, naturalmente, as candidaturas que nos permitirão, as candidaturas que temos a garantia que serão aprovadas, temos a garantia por parte do senhor Secretário de Estado da Administração Local, que nos permitirão, naturalmente, preencher os valores em falta. Eu só queria dizer aqui uma coisa ao senhor João Oliveira, deputado do PS, e depois preciso de responder, é que, já agora, sobre o caminho público, permite também o acesso a uma bifurcação de ligação a vários caminhos das freguesias de Silva Escura e de Sever do Vouga. E um dos caminhos que permite circunda toda a zona industrial pelo lado poente. O CROA, a verba está garantida. O ICNF transferiu para o município 200 mil euros. O dinheiro está nos cofres do município e, portanto, a verba está garantida, sendo que nós pedimos uma reprogramação temporal, uma vez que foi necessário, ao longo deste ano, proceder a uma série de alterações ao projeto. O preço base do concurso lançado, que será aberto na próxima terça-feira, é de 260 mil euros, portanto, ultrapassa o valor que nos foi atribuído pelo ICNF, mas é uma verba muito importante a verba que o ICNF nos atribuiu. Julgo que não há mais nenhuma questão.-----

António Monteiro informou, da bancada, não ter sido dada resposta à questão colocada sobre o erro que constava na página 21 do orçamento.-----

O **Presidente da Câmara Municipal** respondeu: Encontram-se mal. Aumentam as receitas de capital, não diminuem as receitas de capital.-----

António Dias pediu para voltar a fazer uso da palavra.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Muito rápida porque o vosso tempo já foi ultrapassado.-----

António Dias – Obrigado, senhor Presidente. Mais uma vez o cumprimento. É muito rápido. Senhor Presidente da Câmara, a viatura foi adquirida em 2024, portanto, você em 2023 e 2024 na houve protocolo nenhum de investimentos com a freguesia, portanto, estou a falar da viatura de 2024. Não me venha dizer que, em 2024, apoiou para uma viatura da

freguesia de Talhadas, pelo amor de Deus. Estamos a falar de 2024, viatura ligeira de nove lugares. Obrigado.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Não tenho mais intervenções.-----

Presidente da Câmara Municipal – Que a Câmara tinha financiado integralmente a viatura comprada pela Junta de Freguesia no ano 2022, pela viatura nova, mas acho que foi adquirida em 2023, agora não tenho a certeza.-----

O Orçamento Municipal 2025, que inclui as Grandes Opções do Plano e o Regulamento de Execução, e respetivas autorizações acima identificadas foram aprovados, por maioria, tendo sido obtido o resultado seguinte:-----

Vinte e um votos a favor – Alexandre Tavares, Ana Silva, António Cruz, António Monteiro, Cláudia Cruz, Diana Paiva, Elga Silva, Fernando Rodrigues, Hermínio Martins, Horácio Gigi, Iolanda Matos, Isabel Tavares, José Lemos, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Margarida Tavares, Maria Pereira, Maria Oliveira, Paulo Lourenço, Tânia Pinheiro e Vanessa Loureiro.-----

Dois votos contra – António Dias e José Sousa.-----

Quatro abstenções – David Alves, João Oliveira, Sérgio Silva e Sónia Correia.-----

3.3 Mapa de Pessoal de 2025: - O **Presidente da Assembleia Municipal** informou que a discussão dos pontos 3.3 e 3.4 seria feita em conjunto, mantendo-se a votação dos pontos em separado. De seguida, deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

Presidente da Câmara Municipal – Muito obrigado, senhor Presidente. Sobre o mapa de pessoal de 2025, o mapa de pessoal apresentado tem apenas algumas alterações em relação ao aprovado para o ano de 2024, sendo certo que o mesmo poderá ser alterado na concretização da nova estrutura orgânica dos serviços em curso. Sobre o plano de recrutamento para o ano de 2025, considerando o estabelecido na legislação aplicável, durante o primeiro trimestre do ano deve ser aprovado o mapa anual global consolidado de recrutamentos consolidados. Pretendo esclarecer que este plano corresponde ao Mapa de Pessoal, não existindo qualquer alteração ao mesmo. Muito obrigado.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Muito obrigado. Estão abertas as inscrições para estes dois pontos. António Monteiro, tem a palavra.-----

António Monteiro – Muito obrigado, senhor Presidente. Apenas no seguimento daquilo que, há pouco, disse o senhor Presidente da Câmara, de que se previam que várias pessoas se reformassem, se já tem, ou se pode partilhar connosco aquilo que é a expectativa em relação ao próximo ano relativamente a essa quebra de recursos humanos na autarquia.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Muito obrigado. Não há mais intervenções. O senhor Presidente da Câmara tem a palavra.-----

Presidente da Câmara Municipal – Não sei qual é a percentagem, mas sei que é significativa porque várias pessoas estão a atingir a idade da reforma e já solicitaram a reforma. Mas, poderei informar, solicitando aos recursos humanos para informar o António Carlos Monteiro.-----

Dando cumprimento às disposições contidas no artigo 28º e seguintes da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprovou a “Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas”, foi elaborado o Mapa de Pessoal do Município e apresentado à Assembleia Municipal. Analisado o documento, a Assembleia Municipal aprovou, por maioria, o Mapa de Pessoal para 2025, para vigorar a partir de 01 de janeiro de 2025, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 3º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro.-----

Vinte e cinco votos a favor – Alexandre Tavares, Ana Silva, António Cruz, António Monteiro, Cláudia Cruz, David Alves, Diana Paiva, Elga Silva, Fernando Rodrigues, Hermínio Martins, Horácio Gigi, Iolanda Matos, Isabel Tavares, João Oliveira, José Sousa, José Lemos, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Margarida Tavares, Maria Pereira, Maria Oliveira, Paulo Lourenço, Sónia Correia, Tânia Pinheiro e Vanessa Loureiro.-----

Abstenções – António Dias e Sérgio Silva.-----

3.4 Plano de Recrutamento de 2025: - O órgão deliberativo aprovou, por maioria, com vinte e seis votos a favor e uma abstenção, o Plano de Recrutamento para o ano de 2025,

elaborado em cumprimento do artigo 28º e seguintes da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprovou a “Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas”.-----

Vinte e cinco votos a favor – Alexandre Tavares, Ana Silva, António Cruz, António Monteiro, Cláudia Cruz, David Alves, Diana Paiva, Elga Silva, Fernando Rodrigues, Hermínio Martins, Horácio Gigi, Iolanda Matos, Isabel Tavares, João Oliveira, José Sousa, José Lemos, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Margarida Tavares, Maria Pereira, Maria Oliveira, Paulo Lourenço, Sónia Correia, Tânia Pinheiro e Vanessa Loureiro.-----

Abstenções – António Dias e Sérgio Silva.-----

3.5 Taxas do IMI para 2025: - O **Presidente da Assembleia Municipal** informou que, da mesma forma, e conforme tinha sido acertado na reunião de líderes, iria ser agrupada a discussão dos pontos 5, 6, 7, 8 e 9. De seguida, deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

Presidente da Câmara Municipal – Muito obrigado, senhor Presidente. Taxas do IMI para 2025 – tendo em consideração o contexto socioeconómico atual, ponderados todos os fatores, apresentamos uma proposta de manutenção das taxas de IMI, ou seja, uma taxa de 0,8% para os prédios rústicos e uma taxa de 0,3% para os prédios urbanos avaliados, nos termos do CIMI. Portanto, mantêm-se as taxas de IMI no mínimo. Relativamente às taxas do IMI para 2025 - Redução por Agregado Familiar – considerando os imóveis destinados a habitação própria e permanente, propõe-se a redução da taxa por agregado familiar. Taxa Municipal de Direitos de Passagem para 2025 – apresentamos uma proposta de taxa de 0,25%. Participação Variável no IRS para 2025 – tendo em consideração o contexto socioeconómico atual, ponderados todos os fatores, apresentamos uma proposta de manutenção da participação variável de IRS pela taxa de 2,5%. Para a derrama para 2025 apresentamos uma proposta de taxa de 0,01% sobre o lucro tributável até aos 150.00,00 euros e 1,5% sobre o lucro tributável que exceda os € 150 000,00. De referir que o valor de 0,01% é porque as Finanças não aceitam o valor de 0%, portanto, também não há valores abaixo do 0,01 que se possam colocar. Muito obrigado, senhor Presidente.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu um período de intervenções, não tendo havido qualquer inscrição, pelo que se passou à votação do ponto.-----

Para cumprimento do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o órgão deliberativo aprovou, por unanimidade, a proposta apresentada pela Câmara Municipal, destinada à fixação das taxas do IMI a que referem as alíneas a) e c) do n.º 1, do artigo 112º, do Decreto-Lei n.º 287/2003, na sua redação atual, para vigorarem no ano de 2025:-----

a) Prédios rústicos: 0,8% (Fixa); -----

b) Prédios urbanos: 0,3%.-----

Vinte e cinco votos a favor – Alexandre Tavares, Ana Silva, António Cruz, António Monteiro, António Dias, Cláudia Cruz, David Alves, Diana Paiva, Fernando Rodrigues, Hermínio Martins, Horácio Gigi, Iolanda Matos, Isabel Tavares, João Oliveira, José Sousa, José Lemos, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Margarida Tavares, Maria Oliveira, Paulo Lourenço, Sérgio Silva, Sónia Correia, Tânia Pinheiro e Vanessa Loureiro.-----

3.6 Taxas do IMI para 2025 – Redução por Agregado Familiar: - Em complemento da proposta para fixação das taxas do IMI para 2025, e para efeitos do previsto no art.º 112-Aº do Código do IMI, foi apresentada a proposta da Câmara Municipal para redução das taxas que irão incidir sobre os imóveis destinados a habitação própria dos agregados familiares do concelho de Sever do Vouga que possuam dependentes a cargo e o domicílio fiscal do proprietário seja igual à localização daquele imóvel nos seguintes termos:-----

Número de dependentes a cargo	Dedução fixa (em €)
1	30
2	70
3	140

A proposta de redução do IMI, por agregado familiar, para 2025, foi aprovada, por unanimidade.-----

Vinte e cinco votos a favor – Alexandre Tavares, Ana Silva, António Cruz, António Monteiro, António Dias, Cláudia Cruz, David Alves, Diana Paiva, Fernando Rodrigues, Hermínio Martins, Horácio Gigi, Iolanda Matos, Isabel Tavares, João Oliveira, José Sousa, José Lemos, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Margarida Tavares, Maria Oliveira, Paulo Lourenço, Sérgio Silva, Sónia Correia, Tânia Pinheiro e Vanessa Loureiro.-----

3.7 Taxa Municipal de Direitos de Passagem para 2025: - Para efeitos do previsto no n.º 2, do artigo 123º da Lei das Comunicações Eletrónicas, publicado no Diário da República n.º 230, de 29 de setembro, foi aprovada, por unanimidade, a proposta apresentada pela Câmara Municipal, de fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem no valor de 0,25% para 2025.-----

Vinte e cinco votos a favor – Alexandre Tavares, Ana Silva, António Cruz, António Monteiro, António Dias, Cláudia Cruz, David Alves, Diana Paiva, Fernando Rodrigues, Hermínio Martins, Horácio Gigi, Iolanda Matos, Isabel Tavares, João Oliveira, José Sousa, José Lemos, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Margarida Tavares, Maria Oliveira, Paulo Lourenço, Sérgio Silva, Sónia Correia, Tânia Pinheiro e Vanessa Loureiro.-----

3.8 Participação Variável no IRS para 2025: - Ao abrigo do artigo 26º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, o órgão deliberativo analisou a proposta apresentada pela Câmara Municipal para fixar a participação variável do IRS em 2,5%, para o ano de 2025, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-----

Vinte e cinco votos a favor – Alexandre Tavares, Ana Silva, António Cruz, António Monteiro, António Dias, Cláudia Cruz, David Alves, Diana Paiva, Fernando Rodrigues, Hermínio Martins, Horácio Gigi, Iolanda Matos, Isabel Tavares, João Oliveira, José Sousa, José Lemos, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Margarida Tavares, Maria Oliveira, Paulo Lourenço, Sérgio Silva, Sónia Correia, Tânia Pinheiro e Vanessa Loureiro.-----

3.9 Derrama para 2025: - O órgão deliberativo aprovou, por unanimidade, nos termos dos n.ºs 1 e 4 do artigo 18º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, a aplicação das seguintes taxas para a cobrança da Derrama em 2025:-----

- a) 0,01% sobre o lucro tributável até os € 150 000,00 sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC);-----
- b) 1,5% sobre o lucro tributável que exceda os € 150 000,00 sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC).-----

Vinte e cinco votos a favor – Alexandre Tavares, Ana Silva, António Cruz, António Monteiro, António Dias, Cláudia Cruz, David Alves, Diana Paiva, Fernando Rodrigues, Hermínio Martins, Horácio Gigi, Iolanda Matos, Isabel Tavares, João Oliveira, José Sousa, José Lemos, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Margarida Tavares, Maria Oliveira, Paulo Lourenço, Sérgio Silva, Sónia Correia, Tânia Pinheiro e Vanessa Loureiro.-----

3.10 Alteração Modificativa ao Orçamento Municipal de 2024: - No uso da competência dada através da alínea a), do ponto 8.3.1.3, e alínea b), do ponto 3.3, ambas do POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, nova redação dada através do Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 5 de abril, foi elaborada e apresentada a 3ª Alteração Modificativa do Plano Plurianual de Investimentos do Orçamento Municipal de 2024, com a criação de dois projetos.-----

O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

Presidente da Câmara Municipal – Muito obrigado, senhor Presidente. Com base na competência dada através da alínea c) n.º 2 do art.º 33º do anexo da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, apresentamos a presente proposta de revisão aos documentos previsionais do ano económico de 2024. Para este trabalho, tomamos em consideração o que vem definido nos princípios, nas regras previsionais e nas demais disposições previstas no POCAL, aprovado através do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, nomeadamente, atendendo às novas alterações introduzidas através do Decreto-lei n.º 84-A/2002, de 5 de abril, à Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e ao Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho. O orçamento municipal da receita sofre modificações nos anos de 2024, 2025 e 2026, por

correções na rubrica de capital “Serviços e Fundos Autónomos”, referente a atualizações de execução dos investimentos com a Reabilitação do Posto da GNR e da Estratégia Local de Habitação e também na rubrica de “Saldo na posse do serviço”, referente a atualizações de execução do investimento no Centro Municipal de Recolha Animal. Orçamento da Despesa. O orçamento municipal da despesa sofre ajustamentos nos anos de 2024, 2025 e 2026 de correções de investimentos por forma a acomodar nesses anos os investimentos dos projetos com a Requalificação de uma parte da antiga Escola Primária de Pessegueiro do Vouga para Creche, com a Reabilitação do Posto da GNR, com a Estratégia Local de Habitação e com o Centro Municipal de Recolha Animal. Foi ainda corrigida a dotação do plano “Aquisição de Imóveis”, no ano de 2025. Muito obrigado.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu um período de intervenções, não tendo havido qualquer inscrição, pelo que se passou à votação do ponto.-----

A Assembleia Municipal aprovou, por maioria, a 3ª Alteração Modificativa ao Orçamento Municipal de 2024.-----

Vinte e quatro votos a favor – Alexandre Tavares, Ana Silva, António Cruz, António Monteiro, Cláudia Cruz, David Alves, Diana Paiva, Fernando Rodrigues, Hermínio Martins, Horácio Gigi, Iolanda Matos, Isabel Tavares, João Oliveira, José Sousa, José Lemos, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Margarida Tavares, Maria Pereira, Maria Oliveira, Paulo Lourenço, Sónia Correia, Tânia Pinheiro e Vanessa Loureiro.-----

Abstenções – António Dias e Sérgio Silva.-----

3.11 Carta Educativa – Revisão: - Este ponto foi retirado da Ordem de Trabalhos, na sequência do pedido efetuado pelo órgão executivo efetuado através de ofício datado de 09 de dezembro de 2024. Foi remetida fotocópia do referido ofício, aos membros da assembleia municipal, através de e-mail datado de 10 de dezembro de 2024.-----

3.12 Empréstimo ao Investimento de 1,75M – Prorrogação do Prazo de Utilização: - A Câmara Municipal apresentou uma proposta de prorrogação do prazo de utilização, por mais seis meses, do empréstimo ao investimento de 1,75M.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

Presidente da Câmara Municipal – Muito obrigado, senhor Presidente. Considerando que, devido aos constrangimentos decorrentes dos incêndios de setembro de 2024 e do estado de emergência municipal decretado e da calamidade vivida, foi impossível manter qualquer trabalho de execução nas empreitadas por um período não inferior a duas semanas, os empreiteiros estão com muitas dificuldades na contratação e mobilização de mão de obra, só em finais de novembro de 2024, se iniciou a retoma normal dos trabalhos em algumas das obras em causa no empréstimo, mostra-se necessário prorrogar o prazo de utilização do capital do empréstimo, de modo a garantir a realização dos trabalhos em conformidade com o previsto. Importa ter presente que a Lei n.º 29/2023, de 4 de julho veio estabelecer um regime excecional para os empréstimos a médio e longo prazo, contraídos pelos municípios para a aplicação a investimentos, contraídos até 31 de dezembro de 2022, considerando que o prazo de utilização do capital é prorrogado até 31 de dezembro de 2026. Muito obrigado, senhor Presidente.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Muito obrigado. Estão abertas as inscrições para este ponto. Sérgio Silva, tem a palavra.-----

Sérgio Silva – Muito obrigado, senhor Presidente. Eu venho aqui dizer que, tal como aquando da realização deste empréstimo fui contra esse empréstimo e, portanto, eu vou manter a coerência, vou votar contra esta prorrogação. Não só porque, na altura, achei que foi uma precipitação a contração deste empréstimo, como também achei que foi um erro da escolha das condições do empréstimo e, por isso, vou votar contra. Muito obrigado.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Obrigado, Sérgio Silva. António Dias, tem a palavra.-----

António Dias – Obrigado, senhor Presidente. Senhor Presidente, mais uma vez cumprimento, na sua pessoa, os presentes. Eu votei contra a contração deste empréstimo,

uma vez que não concordava com a taxa de juro variável, entre outras, e, por isso, eu não consegui, e, senhor Presidente da Câmara, poderia dizer, se calhar, aqui aos presentes, eu não consegui ver, qual é o valor que não está usado do empréstimo, se nos pudesse dizer. Portanto, nós não temos esse mapa. Era o valor, no fundo, que não está usado. E, senhor Presidente, já agora, questionava o porquê de só pedir mais seis meses, salvo erro, se não poderia pedir um período mais alongado, no fundo, um ano. Obrigado, senhor Presidente.-

Presidente da Assembleia Municipal – Obrigado, António Dias. Não tenho mais inscrições. Senhor Presidente da Câmara, deseja esclarecer?-----

Presidente da Câmara Municipal – Sim. O valor que não foi usado do empréstimo ronda os 600 mil euros, sendo que nós, no âmbito de um contrato-programa, que já está aprovado, mas ainda não foi assinado, conseguiremos, também, abater no empréstimo cerca de 300 mil euros. relativamente à questão colocada pelo senhor António Dias, independentemente da decisão desta assembleia municipal, nós estamos sempre dependentes da decisão da Caixa Geral de Depósitos, a quem contraímos o empréstimo, e também do Tribunal de Contas que tem, naturalmente, que fazer um visto sobre este empréstimo. A maior parte das obras está concluída. Há aqui algumas que os valores ainda não foram faturados, sendo que ao esperamos que seja necessário, de facto, mais de seis meses. Espero bem que não. Não digo nada, mas se for, terá que vir novamente à assembleia municipal e, portanto, é uma forma também de vocês acompanharem os trabalhos. Eu espero, efetivamente, que não seja pedido mais prazo. A verdade é que, se tudo correr bem, não será preciso. Vamos aguardar. Muito obrigado.-----

O órgão deliberativo aprovou, por maioria, a prorrogação do prazo de utilização, por mais seis meses, do empréstimo ao investimento de 1,75M, estando sujeito à aprovação pela Caixa Geral de Depósitos e verificação do processo pelo Tribunal de Contas.-----

Vinte e quatro votos a favor – Alexandre Tavares, Ana Silva, António Cruz, António Monteiro, Cláudia Cruz, David Alves, Diana Paiva, Elga Silva, Fernando Rodrigues, Hermínio Martins, Iolanda Matos, Isabel Tavares, João Oliveira, José Sousa, José Lemos, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Margarida Tavares, Maria Pereira, Maria Oliveira, Paulo Lourenço, Sónia Correia, Tânia Pinheiro e Vanessa Loureiro.-----

Um voto contra – Sérgio Silva.-----

Dois abstenções – António Dias e Horácio Gigi.-----

3.13 Prorrogação da Isenção do IMI: - Foi presente a proposta da Câmara Municipal: Considerando que o Estatuto dos Benefícios Fiscais refere a isenção do pagamento do IMI até 3 anos nos prédios *“cujo valor patrimonial tributário não exceda € 125 000,00, prorrogáveis por mais dois, mediante deliberação da Assembleia Municipal, que deve ser comunicada à Autoridade Tributária e Aduaneira, por transmissão eletrónica de dados, até 31 de dezembro, para vigorar no ano seguinte”*, para prédios *“destinados à habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, cujo rendimento bruto total do agregado familiar, no ano anterior, não seja superior a 153 300 (euro)”* – n.º 1 e 5 do artigo 46º do Estatutos dos EBF; Considerando termos a possibilidade de prorrogação daquela isenção, por mais dois anos, caso assim seja deliberado pela Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal; Considerando que o RJAL (Lei n.º 73/2013) estabelece que *“a Assembleia Municipal, mediante proposta da Câmara Municipal, aprova regulamento contendo os critérios e condições para o reconhecimento de isenções totais ou parciais, objetivas ou subjetivas, relativamente aos impostos e outros tributos próprios”*. Atendendo ao facto de se tratar de uma norma de âmbito geral, abrangendo o universo alargado de pessoas que reúnem aqueles três requisitos – ser proprietário de um imóvel com valor patrimonial tributário que não exceda o valor de € 125 000,00; destinado a habitação própria e permanente; para agregados com rendimento bruto total não superior a 153 300 (euros), foi presente uma proposta do Presidente da Câmara Municipal para se apresentar à Assembleia Municipal uma proposta de prorrogação da isenção do pagamento do IMI por mais dois anos.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

Presidente da Câmara Municipal – Muito obrigado, senhor Presidente. Considerando que o Estatuto dos Benefícios Fiscais refere a isenção do pagamento do IMI até 3 anos nos prédios “cujo valor patrimonial tributário não exceda € 125 000,00, prorrogáveis por mais dois, para prédios “destinados à habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, cujo rendimento bruto total do agregado familiar, no ano anterior, não seja superior a 153 300 (euro), considerando termos a possibilidade de prorrogação daquela isenção, por mais dois anos, atendendo ao facto de se tratar de uma norma de âmbito geral, abrangendo o universo alargado de pessoas que reúnem aqueles três requisitos – ser proprietário de um imóvel com valor patrimonial tributário que não exceda o valor de € 125 000,00; destinado a habitação própria e permanente; para agregados com rendimento bruto total não superior a 153 300 (euros), propõe-se a prorrogação da isenção do pagamento do IMI por mais dois anos.-----

Com base na proposta apresentada pela Câmara Municipal, o órgão deliberativo aprovou, por unanimidade, a prorrogação da isenção do pagamento do IMI por mais dois anos.-----

Vinte e sete votos a favor – Alexandre Tavares, Ana Silva, António Cruz, António Monteiro, António Dias, Cláudia Cruz, David Alves, Diana Paiva, Elga Silva, Fernando Rodrigues, Hermínio Martins, Horácio Gigi, Iolanda Matos, Isabel Tavares, João Oliveira, José Sousa, José Lemos, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Margarida Tavares, Maria Pereira, Maria Oliveira, Paulo Lourenço, Sérgio Silva, Sónia Correia, Tânia Pinheiro e Vanessa Loureiro.-----

-----4 – Período Destinado ao Público-----

Não houve qualquer participação do público.-----

Antes de se passar à leitura da ata em minuta, António Monteiro pediu para fazer uso da palavra, tendo-lhe sido concedido pelo Presidente da Assembleia Municipal.-----

António Monteiro – Se me permite, sobre a figura de interpelação à Mesa, senhor Presidente, eu queria interpelá-lo a si, à restante Mesa, ao senhor Presidente da Câmara, à demais Câmara, aos senhores deputados municipais, senhores presidentes de Junta, no sentido de desejar a todos um santo Natal, uma vez que preferi fazê-lo no final, e não no início, mas não me ia daqui embora sem fazer esses votos de boas festas e um excelente ano de 2025.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Muito Obrigado. Antes de dar por encerrados os trabalhos queria, naturalmente, desejar a todos umas boas festas e um bom Ano Novo e convidá-los, como é habitual, para um brinde de boas festas e uma fatia de bolo-rei, aqui no rés-do-chão, e rainha também, um pedido expresso do António Monteiro. Está assim encerrada esta sessão da assembleia municipal. Muito obrigado a todos pela vossa presença e pelo vosso trabalho.-----

Nada mais havendo a tratar, deu-se como concluída esta sessão, cuja ata em minuta foi aprovada, por unanimidade, no final, para produzir efeitos de imediato, tendo sido elaborada a presente ata, que vai ser assinada pelo Presidente deste órgão e por mim, Carla Alexandra Pereira da Silva, funcionária designada para o efeito, que a redigi.-----